



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS**

**TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADES DE  
MULHERES TRANS\* PROSTITUTAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP.**

**MACAPÁ  
2023**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS**

**TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADES DE  
MULHERES TRANS\* PROSTITUTAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP.**

Dissertação da pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patricia Rocha Chaves

Coorientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Sardinha

**MACAPÁ-AP  
2023**

ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS

**TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADES DE  
MULHERES TRANS\* PROSTITUTAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Rocha Chaves (Orientadora)  
Universidade Federal do Amapá/UNIFAP

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Sardinha (Coorientador)  
Universidade Federal do Amapá/UNIFAP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Nascimento Silva.  
Universidade Federal de Rondônia/UFRO

---

Prof. Dr. Jodival Mauricio da Costa  
Universidade Federal do Amapá/ UNIFAP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Aparecida Cabral da Silva  
Universidade Federal do Amapá/ UNIFAP

**MACAPÁ-AP  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

---

S237 Santos, Adymailson Nascimento.  
Territorialidades e interseccionalidades de mulheres trans\* prostitutas na cidade de Macapá-AP / Adymailson Nascimento Santos. - Macapá, 2023.  
1 recurso eletrônico. 120 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Geografia, Macapá, 2023.

Orientadora: Patrícia Rocha Chaves.

Coorientador: Antônio Carlos Sardinha.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Território. 2. Prostituição. 3. Mulheres travestis. I. Chaves, Patrícia Rocha, orientadora. II. Sardinha, Antônio Carlos, coorientador. III. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 918.1

---

*“Sou determinada, sou corajosa, mas sou muito medrosa. Sou complexa, sou contraditória. Trabalho com o erro, com a falha, com o fracasso. Eu sou o fracasso. Eu fracassei. Sou o fracasso de tudo aquilo que esperavam que eu fosse. Não sou homem, nem sou mulher, sou travesti”*

***(Linn da Quebrada)***

## AGRADECIMENTOS

Posso dizer que muitas pessoas foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui, cada uma delas configura-se para este ideal de uma forma singular, considerando que algumas delas de forma positiva e outras de forma negativa, contudo todas estas pessoas colaboraram de forma sui generis para a concretização deste propósito.

Aos meus orientadores, Prof. Antonio Carlos Sardinha e Prof<sup>a</sup>. Patrícia Rocha Chaves que definitivamente despertou o que estava adormecido, sempre incentivadora e amorosa, compartilhando seus preciosos conhecimentos, o que me aprimorou no âmbito da pesquisa, com suas palavras inspiradoras. Sua tranquilidade e sabedoria acalmaram-me nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Aos professores do PPGEU/UNIFAP e aos colegas da turma 2021-PPGEU/UNIFAP, pela troca de conhecimento proporcionada ao longo dessa jornada acadêmica. E a FAPEAP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá por ter me agraciado e financiado esta pesquisa. Agradeço também a minha amiga hoje de mestrado e vida Tayana Sillau que tanto me ajudou e me apoiou no decorrer desse percurso, sou grato também às meninas que construíram os meus lindos mapas Alessandra Cunha e Rayssa Craveiro.

Aos meus pais, Maria do Socorro e Antônio Nilton, pela dedicação e por estarem ao meu lado em todos os momentos de minha vida. As minhas irmãs, Dhovana Araújo e Joilane Freitas, duas pessoas que sempre estiveram dispostas a ajudar nos dias mais tensos. Não posso me esquecer de duas pessoas que foram fundamentais nessa minha trajetória, o professor Alexandro Carmargo que deu asas as minhas loucuras e minha querida professora Elizabete Rodrigues que lá no ensino médio me mostrou o mundo maravilhoso da ciência. Gratidão!!!

Aos meus amigos, e aqui enalteço alguns grupos que fazem parte da minha vida, Spocffit, PlayHard(amigos do Jari), a turma da Nefrologia de Santana, bem como meus amigos professores da Estácio Macapá, em especial aos amigos e psicólogos Miriam Carvalho, Alan Nogueira, Andre Romero, Juliana Machado, e lógico os amigos de longa data Gildma, Emerson, Gildson, Sara, Hilquias e Cleidiane, vocês foram anjos que Deus colocou em meu caminho. Quero agradecer aos meus sócios da Mosaico pela paciência e cuidado Thayna Mourão e Breno Lopes, mesmo com as dificuldades, sempre se fizeram presentes na minha vida e estarão sempre em meu coração, TODOS. Obrigado pelo companheirismo, apoio e amizade incondicional. Amo vocês!

Por fim, sim as mais importantes, às mulheres que participaram da construção desta pesquisa, os meus mais sinceros agradecimentos, e que este trabalho possa dar voz e visibilidade a todas vocês, sabemos que nossa luta está apenas começando. Por vocês e pra vocês!

SANTOS, N. A **TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADES DE MULHERES TRANS\* PROSTITUTAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia). –Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, Macapá, 2023.

## RESUMO

Considera-se nesta pesquisa que o espaço geográfico é natureza em movimento e que a apropriação dessa natureza, pelas sociedades que se formam ao longo dos tempos, constitui os territórios. Porém, o espaço e seus arranjos sociais, através de suas interações, por meio da coexistência da multiplicidade territorial, nem sempre se apresenta de maneira harmoniosa. Os territórios, por se configurar produtos sociais múltiplos, podem ser analisados a partir de inúmeros recortes grupais e escalas espaço-temporais. É sob este olhar que este trabalho busca mergulhar nas análises sobre a prostituição de mulheres travestis e seus aspectos na constituição do escopo da manifestação da vida das travestis na cidade de Macapá-AP. Objetiva-se identificar a espacialização, espacialidades e territorialidades da prostituição na cidade, sua fixidez e mobilidade. Desse modo, serão traçadas reflexões sobre as escalas de relações: clientes, cafetões e prostitutas e prostituição e os agentes que operam em sua viabilização. Para fazer isso, serão apresentados os conceitos de território e territorialidade afim de refletir sobre os aspectos socioespaciais e socioterritoriais da prostituição em Macapá. Os procedimentos metodológicos se constituem das seguintes etapas: a primeira etapa, em, refere-se ao reconhecimento da problemática e delimitação do quadro conceitual para a abordagem do território, categoria de análise geográfica basilar desta pesquisa, o gênero enquanto categoria, violência de gênero e o corpo-território, seguido do levantamento de referencial metodológico para o trabalho de campo; a segunda etapa é a realização da pesquisa de campo por meio de demarcação dos pontos de prostituição e entrevistas estruturadas com as prostitutas trans\*, além da abordagem qualitativa, coletando dados e narrativos que foram, posteriormente, analisados sob a ótica do acolhimento psicológico e da análise do discurso; a terceira, e última etapa, correspondem às análises e reflexões de acordo com os objetivos propostos. A violência de gênero é envolvida por uma complexa relação entre corpo, poder e cultura, e revelar como se constituem os territórios de prostituição e qual a dinâmica das mudanças socioespaciais desses/nesses territórios. Desta forma, é de suma importância utilizarmos a abordagem da relação sujeito - espaço - território, problematizando as ações espaciais e territoriais realizadas por este grupo focal e a dinâmica entre o território da prostituição e a travesti, contribuindo assim, com a produção da Geografia de gênero, feminista e das sexualidades.

**Palavras-chave:** Território; Prostituição; Gênero; Mulheres travestis.

SANTOS, N. A **TERRITORIALITIES AND INTERSECTIONALITIES OF TRANS\* WOMEN PROSTITUTES IN THE CITY OF MACAPÁ-AP. 2023.** Dissertation (Master in Geography). –Federal University of Amapá-UNIFAP, Macapá, 2023.

### ABSTRACT

It is considered in this research that the geographic space is nature in movement and that the appropriation of this nature by the societies that are formed over time constitutes the territories. These societies through interactions that allow the coexistence of the multiplicity of territorialities that cohabit this space, not always in a harmonious way. Territories, as they are multiple social products, can be analyzed from innumerable group cuts and spatio-temporal scales. It is from this point of view that this work seeks to delve into the analysis of the prostitution of transvestite women and its aspects that constitute the scope of the manifestation of the life of transvestites in the city of Macapá-AP. The objective is to identify the spatialization, spatiality and territoriality of prostitution in the city, its fixity and mobility. In this way, a reflection will be drawn on the scales of relationships: customers, pimps and prostitutes and prostitution and the agents that operate in their viability. To do this, the concepts of space and territory will be presented in order to reflect on the socio-spatial and socio-territorial aspects of prostitution in Macapá. The methodological procedures consist of the following stages: the first stage, in progress, refers to the recognition of the problem and delimitation of the conceptual framework for the approach to the territory, the basic geographic analysis category of this research, gender as a category, gender violence and the body-territory, followed by the survey of the methodological reference for fieldwork; the second stage is the planning and carrying out of field research through demarcation of prostitution points and structured interviews with trans\* prostitutes, with a qualitative approach, collecting data and narratives that will later be analyzed from the perspective of psychological reception and analysis of speech; the third, and last stage, corresponds to the analyzes and reflections according to the proposed objectives. Gender violence is involved in a complex relationship between body, power and culture, and reveals how prostitution territories are constituted and the dynamics of socio-spatial changes in these/those territories. In this way, we use an approach of the subject - space - territory relationship, questioning the spatial and territorial actions carried out by this focus group and the dynamics between the territory of prostitution and the transvestite, thus contributing to the production of gender, feminist and of sexualities.

**Keywords:** Territory; Prostitution; Gender; Transvestite women.

## LISTA DE SIGLAS

ATRAC - Associação de Travestis do Ceará

AIDS/HIV-Vírus da Imunodeficiência Humana

CNCD- Conselho Nacional de Combate a Discriminação EJA - Educação para Jovens e Adultos

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILGA - Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (do inglês, International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association)

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer e Intersexos

ONG - Organização Não Governamental OMS - Organização Mundial de Saúde

TRANS- Mulheres transgêneras ou travestis

PPGEO- Programa de Pós Graduação em Geografia

UNIFAP-Universidade Federal Amapá

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Imagem Mulheres prostitutas trans zona norte.....	46
Figura 02: Imagem Mulheres prostitutas trans zona sul.....	47
Figura 03: Imagens dos pontos de prostituição durante o dia no Bairro Buritizal...	48
Figura 04: Registros fotográficos com algumas entrevistadas.....	56
Figura 05: Modelo de questionário sobre o mapa mental.....	57
Figura 06: Ofícios respondidos pela Polícia Civil de Macapá-AP.....	64
Figura 07: Reportagens publicadas em noticiários locais.....	65
Figura 08: Mapa Mental sobre as violências vividas pelas mulheres trans.....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Sobre a faixa etária das entrevistadas.....	59
Gráfico 02: Sobre as cidades de origem/nascimento.....	60
Gráfico 03: Sobre o nível de escolaridade das entrevistadas.....	62

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Principais pontos de prostituição de mulheres Trans* de rua em Macapá-AP.....	51
MAPA 02 – Principais pontos de violência e segurança das mulheres trans* em Macapá-AP.....	67
MAPA 03 – Mercantilização dos corpos.....	70

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - PENSAMENTOS FEMINISTAS: AS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E OS DEBATES CONTEMPORÂNEOS.....</b>	<b>16</b>
1.1 Diálogos feministas: Uma análise sobre os conceitos de gênero, feminismos e sua inserção nas ciências.....	19
1.2 Invisibilidade e silenciamento sobre a geografia feminista/genero dentro das academias.	24
1.3 Geografia e a teoria queer: É a geografia das travestis?.....	28
<b>CAPITULO II GEOGRAFIAS TRANS(ICIONAIS) DA PROSTITUIÇÃO.....</b>	<b>33</b>
2.1 Analisando os pontos de prostituição trans em MACAPÁ-AP e suas interseccionalidades.....	33
2.2“Cartotrans”: Uma possível abordagem qualitativa.....	35
<b>CAPÍTULO III -SER TRAVESTI NA SOCIEDADE: DELAS, POR ELAS E PARA ELAS...</b>	<b>39</b>
3.1 A cidade dos corpos abjetos e transgressores: Ser travesti na sociedade.....	40
3.2 “Por que vocês querem estudar a gente?”: As relações entre o território e a territorialidade da prostituição das travestis.....	45
3.3 "Não sou homem, não sou mulher, sou travestir": Os territórios da prostituição travesti em Macapá-AP.....	51
<b>CAPÍTULO IV- QUADRO DE EXPOSIÇÃO METODOLÓGICA: EXPLORANDO OS TERRITÓRIOS...</b>	<b>59</b>
4.1 Visitas iniciais e técnicas aplicadas.....	61
4.2 Entrevistando as meninas.....	62
<b>CAPÍTULO V-ANALISANDO OS CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES</b>	<b>66</b>
5.1 “Oi meu psicólogo, como posso ajudar?": Conhecendo as trajetórias de vidas das entrevistadas.....	67
5.1.1 Faixa etária.....	67
5.1.2 Cidades de origens das entrevistadas.....	69
5.1.3 Vivência escolar e vida profissional(perspectivas).....	71
5.2 “Não tem dados”: análise dos discursos sobre violências vividas e seus entrelaces com os órgãos públicos.....	73
5.3 A produção da violência em cartografias discursivas e mapa mental.....	76

5.4 “Não meu amor! aqui não é bruna sufistinha, tenho que matar um leão a cada dia para sobreviver”: a mercantilização dos corpos trans.....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

Para além de um título, para além de uma pesquisa de dissertação, o tema que proponho objetiva também nos provocar certo desassossego, e isso é comum a qualquer pessoa que inicia um discurso sobre suas idéias e sabe que a proporção de seu pronunciamento pode gerar consequências.

Realizar uma pesquisa, mesmo que não tenhamos tantas expectativas de que esta possa ser bem recebida pela comunidade da grande massa científica brasileira, é um ritual acadêmico, que se perpetua por anos. Sou consciente do desafio teórico-político que proponho dentro da geografia, com o adendo de não ser geógrafo na origem de minha formação.

Fato é que meu flerte com a geografia perpassa pela minha história, quando mais jovem, ao iniciar o curso de nível superior em Geografia, no ano de 2012, antes de assumir meu amor pleno pela Psicologia, não havia se encerrado ali, pois na geografia eu também construí alguns laços, esse conhecimento permanece em minha memória acadêmica e me despertam a possibilidade de reprodução na prática da cidadania e, atualmente, na ciência como prática social, como reflexão da interação de minha atuação enquanto psicólogo, mas, também como indivíduo que constitui sociabilidade e que entende que, por meio da geografia, podemos compreender as sociabilidades e suas espacialidades - são múltiplas, plurais e genuínas no exercício da práxis como psicólogo - e que são processos e resultados das relações de poder.

Assim, a geografia me paramenta me disponibiliza ferramentas de reflexão, análise e até mesmo possibilidades de intervenção nesses espaços que a psicologia também me ofertou, ou me autorizou participar. Espaços apartados, segregados como muito discutiu Milton Santos ou subalternizados como bradou Gayatri Spivak. Aqui estou, trazendo minhas questões de pesquisa, minhas inquietações e entendendo que um bom mergulho na geografia pode muito me ajudar a problematizá-las a ponto de apontar questões que possam ser úteis para quem sabe, resolvê-las.

Aproveito também para demarcar minha posição lembrando o ensinamento do famoso psicanalista Sigmund Freud: “O ser humano tem repulsa sobre o que há dentro de si, dessa forma excluindo e subjugando os que os incomodam”. Nosso exercício científico é julgado, avaliado, e o seu valor é conferido ou negado pela instituição científica. Sendo assim, nossas proposições científicas não valem por si, mas seu valor se faz com o que os outros denominam ser ciência.

No entrelaçamento entre o pesquisador e a pesquisa, algo interessante a se pontuar é que sempre haverá uma desconstrução e construção de forma contínua entre os mesmos, gerando uma complexa e enriquecedora relação que constitui a história da tríade dialética pesquisador/sujeito/ciência no momento histórico. Sobre isso Ornat(2015) afirma que:

A formação de um pesquisador e de suas escolhas teóricas e metodológicas reflete uma teia complexa de relações e identidades, que compõem uma história que simultaneamente é singular e coletiva, feita através da vivência cotidiana do mesmo. As trajetórias e as possibilidades de questões que um pesquisador faz à realidade estão profundamente arraigadas em sua construção como ser humano.

A produção de um discurso divergente do campo discursivo da geografia brasileira, como é o caso da abordagem das sexualidades dissidentes, tem gerado experiências ímpares para os pesquisadores de inúmeros grupos de pesquisas, tanto com a sociedade em geral como o meio acadêmico, desta forma contribuindo com as construções de novos trabalhos sobre gêneros, feminismos e sexualidades.

A linha entre gênero e sexualidade é uma característica comum da sociedade ocidental contemporânea que procura a todo custo manter explicações da ordem heterossexual baseadas na natureza dos corpos e comportamentos, algo determinista e simplista. Sob esta perspectiva, os sujeitos que não correspondem aos padrões estabelecidos são considerados desviantes doentes e outros tantos sinônimos criados para classificar a sociedade e manter sua pretensa ordem natural. Tais fatores impactam de maneira óbvia naquilo que pode ser considerado objeto científico.

Para Silva (2013), no campo da ciência geográfica, tem sido uma tarefa árdua e um tanto quanto desafiante para aqueles que têm ousado enfrentar as estruturas dominantes da ciência hegemônica. A geografia de gênero ou feminista desafia a ciência normativa, desafia a constituição de um corpo teórico contruído historicamente dentro da geografia a partir das estruturais patriarcais. O que atualmente nos propõe a romper com determinadas estruturas comportamentais e epistemológicas que colocam sujeitos sociais da história no limbo. Assim, busca-se revelar as desigualdades sociais e territoriais entre homens e mulheres. Este “novo” recorte considera o gênero como marcador social.

Nas próximas linhas apresento meu sujeito/objeto da pesquisa, objetivos, inquietações e contexto dessas inquietações. Apresento também minhas referências teóricas e demais elementos que ornaram os aspectos de uma pesquisa. Enfim, inicio aqui nesta dissertação, o meu diálogo sobre territórios, interseccionalidades e a questão da prostituição mulheres trans em uma cidade amazônica, Macapá-AP.

## **CAPÍTULO I**

### **PENSAMENTOS FEMINISTAS: AS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E OS DEBATES CONTEMPORÂNEOS.**

### 1.1 Diálogos feministas: Uma análise sobre os conceitos de gênero, feminismos e sua inserção nas ciências.

“Bem, eu certamente não acho que estamos vendo o fim da discriminação econômica contra a mulher, não acho que vimos o fim da desigualdade ou da hierarquia de gênero. Não acho que vimos o fim da violência contra a mulher, não acho que vimos o fim de certas concepções profundamente arraigadas sobre quais são as fraquezas das mulheres ou sobre a capacidade das mulheres na esfera pública, ou sobre uma série de outras coisas. Portanto, essas lutas ainda estão muito vivas.”

Judith Butler

Os feminismos adentraram as academias e provocaram questionamentos e revisões nos contextos de produção e aplicação do conhecimento em diversos campos do saber. A psicologia foi um desses campos, na Geografia tem sido esse campo em constante crescimento. Torna-se necessário, portanto, entender como as questões de gênero e as problematizações feministas se relacionam com os inúmeros aspectos da sociedade. Nesse contexto, é importante explorar brevemente o que é feminismo, qual sua história e como se insere na produção do conhecimento científico em geral.

Narvaz e Koller(2007) definem feminismo como um movimento que surge da luta das mulheres por direitos civis e políticos, que critica a cultura androcêntrica ocidental, propondo reflexões, debates, problematizando e produzindo concepções poderosas sobre a natureza humana e do sujeito desde suas origens. Apesar da diversidade de tendências e discursos, os feminismos convergem em um ponto, segundo as autoras: o de reconhecerem que “[...] homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindicam que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes”. Harding (1986, apud NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 120) afirma que:

As feministas desafiaram as formas de produção do conhecimento e indagaram que visão de mundo o conhecimento representa e que interesses está servindo, originando, na interseção das lutas políticas com a academia, o campo das epistemologias feministas. A epistemologia feminista não é, entretanto, um domínio estável. Ao contrário, representa um espaço de contestação e de dúvida acerca do que é considerado “conhecimento”, quem o define e como se obtém, a partir de diferentes posicionamentos epistemológicos feministas.

Tal linha se constitui numa pluralidade devido a diferentes concepções acadêmicas, luta e até mesmo do que é ser mulher, além do próprio desenrolar do processo histórico dividida entre três ondas, as quais coexistem entre si até hoje: desde a primeira onda (fim do século XIX até década de 30) pela garantia de direitos civis, políticos e educativos, bem como o sufrágio universal; passando pela segunda onda (décadas de 60 e 70) com a

introdução da equidade e paridade e, por fim, a terceira onda com a ênfase das relações de gênero, evidenciando a diferença, a subjetividade e a singularidade das experiências. Em comum, afirmam que homens e mulheres possuem experiências diversas e pleiteia pelas pessoas diferentes serem tratadas como equivalentes e não com igualdade, pois não se deseja o poder e nem oprimir, mas ter condições de vida dignas (NARVAZ E KOLLER, 2006, 2007).

Diante do exposto, de acordo com Narvaz e Koller (2006), entende-se que, ao longo do tempo, o feminismo assumiu diversas formas e concepções que surgiram devido à intersecção dos movimentos de lutas de classes com as ideias feministas da época. O feminismo é um movimento que tem em seu cerne a problematização e a constante desconstrução de si mesmo, independentemente de sua geração ou fase. Devido a isso, é importante entender que essas gerações e fases ocorreram em épocas e contextos variados que, conforme suas especificidades produziram diferentes demandas e possibilidades. Assim como o autor Negrão(2002) “Não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos”.

Deve-se compreender que as sujeitas do feminismo são corpos marcados pelo gênero como estrutura que tece as relações entre os sujeitos. Essa sujeita não se encontra estática e é indomável. Não cabe ao feminismo ter apenas uma concepção, pois somente com a pluralidade de vertentes do feminismo é possível abarcar e representar as mulheres de diferentes dimensões sociais, raciais e econômicas.

Ao apresentar a questão do gênero torna-se necessário, visto que esse dispositivo tem sido hoje o ponto central da luta feminista. Joan Scott (1995) teoriza o gênero como uma categoria de análise das relações de poder, assim como classe social e raça, e se refere ao modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas às práticas sociais, e tornadas partes do processo histórico. Segundo essa autora, a categoria gênero é uma construção associada aos atributos socioculturais que se aplica, de forma diferenciada entre os sexos, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os atributos sociais destinados a cada um.

Torres e Adrião (2014) trazem a definição de gênero levantada por Nicholson (2000), que estabelece dois usos para o termo: o primeiro está ligado ao contraponto do sexo biológico com o que é socialmente construído; o segundo diz respeito ao que foi socialmente construído para o que é tido como “masculino” e “feminino”. As autoras citam ainda a filósofa Judith Butler (2008), que faz uma crítica à concepção de que ao “sexo”

estão associados comportamentos e atitudes que determinam e diferenciam os corpos masculinos e femininos. “Nesse sentido, pensarmos em "corpos femininos" e "corpos masculinos" dissociados de uma interpretação social torna-se impossível e, por essa razão, pensarmos "sexo" independente de "gênero" também" (TORRES; ADRIÃO, 2014, p. 6-7).

Butler (2012), que conceitua gênero como um ato, isto é, está ligado à performatividade. Sua crítica propõe uma desconstrução do binarismo homem x mulher, masculino x feminino, além de questionar o que compõe essas identidades.

Porchat(2014) indaga sobre as experiências subjetivas de gênero e se utiliza de Butler para não só aproximar a psicanálise da teoria queer, mas também para demonstrar como a linguagem é incapaz de significar um corpo por completo, sendo importante a psicanálise para que a mesma problematize seus conceitos e modos de atuação, no caminho de uma ética que promova aceitação das diferentes vivências de gênero.

Haveria um reduto último, uma substância primeira, a partir da qual o conhecimento sobre o corpo se constrói? Sim e não. Existe um corpo, mas a linguagem não o traduz por inteiro. Neste sentido, não pode haver uma verdade imutável, um campo de significações universais. Para Butler, é essa tensão que permite a aceitação das mudanças do corpo e a transformação do simbólico. (PORCHAT, 2013 apud PORCHAT, 2014, p. 114)

A intenção é entender gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, transcendendo a ideia simplista de desempenho de papéis. Outra questão abordada é a desconstrução da permanente oposição binária masculino-feminino, o que significaria questionar as oposições entre eles, observando que o polo masculino contém o feminino e vice-versa. Assim, busca-se compreender que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere a busca dos processos e as condições em que ocorrem os meios da polaridade. O pensamento dicotômico remete a relação de feminino e masculino como pólo dominante e dominado, assim, o desconstrutivismo desfaz essa lógica, constatando que o poder se manifesta em vários sentidos.

A partir disso, tem-se que o conceito de gênero busca compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas diversas manifestações, incorporando as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, muito além das fronteiras materiais e das conformações biológicas. Deste modo, a possibilidade de pensar as práticas materiais e, associada, às construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica, permitiram que o gênero enquanto categoria fosse assumida pelo feminismo de base marxista, preocupado em responder à permanência de relações de opressão entre homens e mulheres,

mesmo em contextos econômicos e políticos distintos.

## 1.2 Invisibilidade e silenciamento sobre a geografia feminista/genero dentro das academias.

“Lembra-nos que, como geógrafos, nosso exercício científico é julgado, avaliado, e o seu valor é conferido ou negado pela instituição científica. Sendo assim, nossas proposições científicas não valem por si, mas seu valor se faz na relação com os(as) outros(as) geógrafos(as) e a instituição, cuja ordem é onipresente.”

Joseli Maria Silva

Nos dias atuais, é perceptível o quanto a mundialização do capital e suas conjunturas modernas têm gerado questionamentos por parte de intelectuais, em destaque aos geógrafos, tendo em vista toda a complexidade que envolve as relações com a sociedade e a natureza. Visando que os estudos de gêneros na geografia e outras ciências estão emergindo como um “grito” de pessoas que vivem segregadas e silenciadas por anos. Para o campo da geografia, tem sido uma tarefa árdua e um tanto quanto desafiante para aqueles que têm ousado enfrentar as estruturas dominantes da ciência hegemônica. A geografia de gênero ou feminista, busca revelar as desigualdades sociais e territoriais entre homens e mulheres. Este “novo” recorte considera o gênero como marcador social.

SILVA e ORNAT(2007) apontam que a ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas adequadas como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

Fazendo um lance com o pensamento heteronormativo enraizado na geografia, Rose (1993b) define a geografia como um conhecimento masculino que se sustenta nas práticas acadêmicas mais comuns, como na escolha de temas a serem estudados, na eleição de aparatos teóricos e metodológicos consagrados e na elaboração dos perfis de congressos e seminários, ou seja, as mulheres, para praticar a geografia, devem assumir as referências masculinas de ciência, uma vez que o lugar central da enunciação do discurso geográfico é, como visto, o homem branco, burguês e heterossexual, e esta posição permite a hegemonia

de suas concepções sobre o gênero, a raça e a sexualidade.

Os discursos que fundamentam a defesa de tais oposições retrógradas sobre estas linhas de pensamentos e análises, não somente ecoam no ambiente acadêmico, mas nele se impregnam. A difusão do discurso político conservador e as práticas acadêmicas masculinistas e sexistas que buscam preservar a heteronormatividade se constituem como dispositivos interatuantes, são evidências concretas da potencialidade dos conceitos à intervenção no real. O contexto de estudos sobre a geografia feminista e gêneros é marcado por intensas lutas travadas, mutuamente, no campo das políticas de direitos humanos e epistemológico da geografia brasileira. Nestes campos, há um número considerável de questionamentos sobre validade, se é ou não ciência. Na política dos direitos humanos a validade da garantia de direitos igualitários para a população LGBTQI+ é questionada por setores conservadores da sociedade. A visibilidade da população LGBTQI+, apesar de inquestionável, é vilipendiada e violentada na unguida oposição das bancadas evangélicas nas esferas legislativas estaduais e federal, e estendo essa mesma para dentro das academias.

Ao enfrentar os desafios de pesquisar sobre gêneros estudiosos tendem a travar batalhas com inúmeras expressões de rejeição, ameaças e condenação como ingredientes do campo científico diante de práticas de pesquisa e divulgação de trabalhos desenvolvidos sobre gênero e sexualidade. Sobre isso, na obra *Geografia subversiva - Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*, Silva (2009) afirma que:

A geografia científica produzida por nós geógrafas(os) é um campo de conhecimento engendrado por relações de poder. Apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se fazer a geografia, duvidando da consagração das verdades” estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico. (SILVA, 2009, p. 26).

As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias científicas. Embora a epistemologia contemporânea, abalada pela crise da objetividade dos enunciados científicos, já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de idéias derivados de uma cultura que se difunde pela linguagem e que marca profundamente os saberes propagados e incorporados pelos cientistas, ainda falta desenvolver, por parte dos produtores do saber científico, uma prática científica reflexiva em torno do “conhecimento

do conhecimento”

Tanto na ciência geográfica quanto na própria psicologia estudos com olhares mais amplos sobre grupos sociais surgem como inovação, este que vem das periferias das produções geográficas e a prática cotidiana de seres e corpos considerados como objetos é o que faz com que os geógrafos tenham a cada dia mais interesses em estudar e pesquisar sobre esta temática. Sobre isso Ornat(2013) diz que:

A produção de um discurso divergente do campo discursivo da geografia brasileira, como é o caso da abordagem das sexualidades dissidentes, tem gerado experiências ímpares para nós pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), tanto com a sociedade em geral como com o meio acadêmico. O sentimento de desprezo, aversão e repulsa pelo nosso discurso científico em torno das travestis nos fez perceber como ele era considerado “maléfico”, no sentido foucaultiano, incapaz de adquirir valor científico na sacrossanta e inviolável pureza da ciência geográfica. (ORNAT, 2013, p.13)

Assim, trazer termo “malefício” por sua vez como objeto científico tem sido uma árdua tarefa do cotidiano acadêmico, porque nós somos os sujeitos que estão colocando em jogo a idéia da “pureza” da ciência e maculando, desse modo, a nobreza do lugar de honra em que todo o campo de saber se colocou, socialmente. As geografias que vem da periferia ou como Ornat(2013) denomina como geografias “malditas”, são as práticas científicas que ameaçam a pureza da ciência geográfica, abordando temas e sujeitos desconsiderados nesse campo por não serem dignos de ter a espacialidade de sua existência reconhecida.

Com base nessas críticas, o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial.

Revisitando as lutas empreendidas pelas geógrafas resultaram em progressos para a perspectiva feminista, a saber: a inserção do gênero como tema transversal nas disciplinas da área humana; a criação de disciplinas específicas sobre o tema; a publicação de uma série de artigos na revista *Progress in Human Geography* e em volumes especiais sobre as abordagens feministas, como no periódico *The Professional Geographer*; e, até mesmo, a publicação de uma revista declaradamente feminista, em 1994, a *Gender, Place and Culture*, bem como o lançamento de vários livros sobre essa temática que contribuíram de forma grandiosa para inúmeras reflexões dentro da geografia assim como na psicologia, sociologia, antropologia e em outras.

Segundo Ornat (2008), o feminismo entrou em debate na geografia durante a

segunda onda do movimento feminista que ocorreu em 1960/70 na França, conhecido como o feminismo da diferença pois ousou enfatizar a necessidade de se valorizar as diferenças entre homens e mulheres, e nos Estados Unidos, um feminismo da igualdade que revelava a dominação masculina. A partir de então, para desenvolver este campo de investigação sobre os fenômenos sociais relacionados ao gênero e sexualidade, os programas de geografia de universidades do Canadá, Inglaterra, entre outras, iniciaram a oferta de cursos sobre gênero e feminismo.

Para Silva (2009), uma das principais teóricas da geografia feminista, este momento foi preponderante na reformulação do “fazer geografias”, segundo ela:

A segunda onda foi fundamental para a inspiração das de geógrafas que iniciaram um movimento interno na geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (SILVA,2009, p.27).

Um movimento interno na geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina(SILVA,2009, p.27).

A segunda onda foi fundamental para a inspiração das de geógrafas que iniciaram um movimento interno na geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina(SILVA,2009, p.27).

Reis (2015) assinala que durante a década de 80, os estudos da Geografia Feminista seguiram a tendência marxista buscando incorporar a noção de patriarcado, vinculando as lutas de classe às desigualdades de gênero. Nesse sentido, o conceito de gênero compreende as relações de dominação e subordinação, intrínseca às lutas de classe. Enquanto o patriarcado é tido como um sistema de relações hierarquizadas, onde seres humanos possuem poderes desiguais.

Uma das primeiras produções científicas nesta “nova” perspectiva geográfica no Brasil foi desenvolvida por Mattos e Ribeiro (1995). O artigo, intitulado “Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da área central do Rio de Janeiro”, publicado no Boletim Goiano de Geografia, apresentava como objetivo analisar o conteúdo socio-espacial

produzido por prostitutas, michês (garotos de programa) e travestis.

Nesse sentido, utilizando-se de bases teóricas como Santos (1992), Sack (1986), Soja (1993), Raffestin (1993) e Corrêa (1989), evidenciando a centralidade masculina na ciência geográfica da época, realizaram uma releitura do espaço e território a partir da categoria gênero, contribuindo com a reformulação do pensamento geográfico brasileiro. Sobre o gênero na geografia agrária destaca-se a geógrafa Rossini (1988), que aborda gênero numa perspectiva marxista, analisando a divisão sexual e espacial do trabalho, a mulher como produção e reprodução de força de trabalho e a sua submissão no campo.

Rossini (1993), apontava o gênero como temática ainda pouco explorada nas ciências geográficas, tendo em vista que seu objeto de estudo é o espaço geográfico, e a mulher não constituía categoria de análise geográfica, ousou demonstrar em seus estudos que a mulher, por meio do trabalho, produz e reproduz espaços. Sendo assim, gênero é uma categoria digna de interesse geográfico.

Essas reflexões geradas pelas tais pesquisas tanto na geografia como nos demais campos das ciências sociais e humanas trazem o entendimento sobre as diferentes geografias das sexualidades e as possibilidades de construir uma visão mais aberta e humana de uma ciência consciente da diversidade e pluralidade.

Destes movimentos emergem iniciativas de tornar visíveis grupos ausentes da produção científica geográfica. Encontramos na obra "Por uma formação queer geográfica" de Pequeno, V., Pereira, A. P. C. (2022), o contexto histórico que a segunda metade do século XX foi marcada por intensas mudanças e/ou transformações radicais na produção global científica em meio a conjuntura dos movimentos sociais feministas e dos movimentos gays e lésbicos. Nesse mesmo cenário, na virada da década de 1980 para 1990, consolidou-se nos Estados Unidos, uma nova abordagem para as questões de gênero e sexualidade no âmbito das ciências sociais, denominada como teoria queer. Esta, passou a focalizar o gênero e sexualidade na perspectiva histórico-social, culturalista, discursiva e/ou performativa, sendo fomentada pelos teóricos pós-estruturalistas e pós-coloniais (WOLFF; SALDANHA, 2015). Todavia, a inserção destes temas nas demais áreas do conhecimento foi gradativa, haja vista os resistentes paradigmas e "olhares" de recusa e/ou deslegitimação que consideravam tais pautas como periféricas e/ou de baixo prestígio científico.

Dentre as ciências que adiaram a inclusão de tais debates, encontrava-se a Geografia. Em meados da década 1980, as/os especialistas da Geografia Cultural anglo-americana, prepararam o terreno para as discussões pós-estruturalistas de

gênero e sexualidade no meio acadêmico geográfico tendo como marco a publicação do livro *Geography and Gender: An Introduction to feminist Geography*, publicado em 1984 pelo 'Women and Geography Group' do Institute of British Geographers. Um marco que possibilitou não só a incorporação das teorias feministas, como fomentou a criação de uma Geografia Feminista, que passou a ser considerada um dos campos da Ciência Geográfica. Posteriormente, nos anos 1990, frente o avanço das teorias queer na produção científica, a Geografia foi uma das ciências que se apropriou desse campo de conhecimento, uma vez que passaram a ser desenvolvidos estudos e/ou pesquisas que fomentaram em outros subcampos, a Geografia do Gênero e da Sexualidade (BORGHI, 2015).

A vista da sua múltipla discussão do campo teórico, surge na perspectiva geográfica o conceito Queer, como estudos que versam sobre espacialidades e/ou práticas espaciais, territorialidades entre outros fenômenos que são protagonizados por grupos marginalizados e/ou não-hegemônicos, assim, interferindo em suas condições de existência e/ou demandas. Tais estudos têm entre seus objetivos questionar, mobilizar e/ou superar processos de opressão/ou exclusão, conhecimentos, saberes, discursos, narrativas, e outros mecanismos utilizados para manutenção do poder e privilégio dos atores e/ou agências hegemônicas (SILVA, 2005; ORNAT, 2008; REIS, 2015).

### 1.3 Geografia e a teoria queer: É a geografia das travestis?

A palavra inglesa queer significa distorcido ou tortuoso e é uma oposição a outra palavra, straight (reto). Além do seu significado literal, são palavras que identificam identidades sexuais e de gênero: queer é um termo utilizado pejorativamente para ofender homossexuais ou comportamentos sexuais e de gênero considerados desviantes da normalidade (Viado! Bicha!). Enquanto straight, por sua vez, identifica também uma forma coloquial de posicionar o heterossexual. O binômio straight e queer passou a operar como duas dimensões epistemológicas, na medida em que teorias feministas utilizaram as palavras para designar modos de fazer ciência (TALBURT; MATUS, 2014). Enquanto o mundo branco, masculino, heterossexual gozava de uma ciência pretensamente ordenada, precisa e legitimada, havia milhares de mulheres que se moviam para outras formas de pensamento buscando compreender relações de poder nessas estruturas. Ainda sobre a conceituação do termo Queer, Louro(2001) afirma que:

O pensamento acadêmico queer se desenvolve imbricado ao movimento social que lutava pela liberdade sexual que passou a questionar o caráter conservador do movimento homossexual que excluía sua diversidade interna. O protagonista era o homem branco, homossexual, de classe média alta que obscurecia a luta dos não brancos, travestis, lésbicas e transexuais, etc. Os pensadores queer constituem também os questionamentos sobre a organização das hierarquias sexuais que tornam invisíveis determinadas vivências. O termo queer apresenta ainda ambigüidades pois, assim como representa a unidade de pensadores em torno das identidades construídas socialmente, também é usado como forma de ofensa às pessoas homossexuais.

A teoria queer não é por si só uma teoria feminista, tampouco explica sozinha o que é o pensamento pós-moderno. Apesar de ser uma convergência de correntes pós-estruturalistas com estudos feministas e de gênero, ela constitui-se uma filosofia de pôr-se em movimento teoricamente, em exercício de constante reposicionamento politizando e desnaturalizando cotidianos.

A mobilização da Geografia Crítica no Brasil inicia-se na década de 1970, protagonizado principalmente pelos trabalhos de Milton Santos (1926-2001), e tendo forte influência das produções de Henri Lefebvre (1901-1991), Pierre George (1909-2006) e Yves Lacoste (MOREIRA, 2000). Nesse contexto, aspectos epistemológicos, ideológicos, discursivos, sociais e políticos foram tensionados, revisitados e/ou reformulados, bem como temáticas e conteúdos, considerados até então periféricos do ponto de vista analítico, foram incorporados à ciência geográfica (MOREIRA, 2000). Apesar dos avanços e renovações, alguns temas demoraram para serem considerados pauta na agenda geográfica, entre os quais, os estudos sobre gênero e a sexualidade, que em um primeiro momento, ao receber atenção das/os geógrafas/os, eram reduzidos a uma perspectiva “trabalhista” (marxista) de gênero, ou seja, a divisão de gênero no trabalho, perspectiva esta, que já estava “ultrapassada” nas ciências sociais, em quais os horizontes já eram outros (SILVA, 2003; BORGHI, 2015).

A geografia incorpora a noção de construção social do gênero e sexualidade e as relações de poder inerentes a ela, num processo de permanente tensão e movimento. Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa.

O campo das sexualidades construiu uma crítica em relação à concepção do corpo como um elemento dado, natural e fixo que define, por meio da forma da genitália, a

sexualidade humana. A partir desta ótica, os espaços associados aos corpos “naturalmente” dotados de um sentido bipolar (masculino/feminino) reproduzem essas mesmas características de dualidade e oposição, como público/privado, sagrado/profano, produção econômica/reprodução familiar, local/global, e assim por diante.

Na visão de Butler, a crítica feminista deve —[...] compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação (BUTLER, 2013, p. 19). Isto é, como as mulheres foram reduzidas a uma categoria singular e universal, unânime para todas as mulheres, sem levar em conta importantes marcadores de poder que determinam posicionamentos sociais e formas de participação política delas ao longo da história, que é marcada por privilégios do homem, da raça branca, da heterossexualidade e das posses materiais.

Destarte, ao pensar nas diversidades que se constituem o humano, em especial as mulheres e as suas corporalidades, Lorde adverte, em *A Casa da Diferença* (1982), que:

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Serem garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes [...] Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular (LORDE, 1982, p.226. Tradução nossa).

Assim, importantes debates passaram a ser travados pelas teóricas pós-feministas, visando questionar as inúmeras verdades impostas por diferentes instâncias do saber normatizado – família, igreja, medicina, e, por que não, a geografia? – aos ditos comportamentos estabelecidos às mulheres. Para as feministas estadunidenses e francesas, como Gayle Rubin, Monique Wittig e Judith Butler, o conceito singular de mulher, apregoadado pelo Movimento Feminista Patriarcal de 1960, cedeu lugar ao termo mulheres no plural, percebido não mais como produto inato, fechado e naturalizado, mas como construção sociocultural, instituída através dos tempos. Nessas novas problematizações, ficou evidente que:

Ser mulher começou a deixar de ser apreendido como um fato natural para converter-se no conteúdo de uma categoria que se define através de umas determinadas práticas sociais, políticas e ideológicas que nos encerram em uma determinada maneira de olhar, de pensar e de interpretar a realidade (SINUÉS; JIMÉNEZ, 2010, p. 50-51. Tradução nossa)

De forma crítica e complementar, Haraway (1995) faz advertência ao modo como o Feminismo Patriarcal operou, por muito tempo, a categoria mulher, naturalizando-a.

Segundo a autora, torna-se necessário o rompimento destas estruturas identitárias como modelo estabelecido de antemão às mulheres, substituindo-as por olhares que contemplem as afinidades e as diferenças. Com isso, a autora destaca sua posição contrária aos princípios que primam olhares à natureza e, ao contrapô-los, propõe um novo modelo, uma nova política de identificação do que é ser mulher.

Segundo Butler (2013), o termo mulher se apresenta de maneira problemática, até mesmo dentro do próprio Feminismo, na medida em que tem contribuído para o estabelecimento e a essencialização de uma determinada forma de ser mulher, o que, conseqüentemente, tem colaborado para deixar à margem diferentes vozes, experiências e processos de subjetivação de muitas delas. Segundo a autora, quando falamos ou tentamos definir o que é uma mulher, mesmo que no plural, aquilo que é usado para definir essa mesma mulher tende a ser reducionista e toma o detalhe como uma marca isolada e totalizadora. Em suma, para Butler: —aquilo que define uma mulher, certamente não é tudo o que ela é (BUTLER, 2013, p. 54).

Ao criticar os binarismos, Butler (2005) desenvolve a ideia de gênero como uma estilização contínua do corpo, agindo como regulador e normatizador do que seria natural ou não, do ponto de vista sexual. Salih (2017) nomeia as regulações como um “script”, no qual o sujeito é guiado socialmente, ditando maneiras convencionais de se comportar mediante escolhas naturais. A partir da adoção do “script”, surge em Butler a ideia de performatividade (ou simulação), indicando que as expressões ligadas ao gênero, não necessariamente são inerentes ao ser, mas performadas por alguém que “atua” como determinado gênero: “Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados” (BUTLER, 1990, p.25). Performatividades seriam aquelas expressões ligadas ao sistema sexo-gênero, reproduzidas à partir de convenções normatizantes. Verifica-se que o ser humano possui identidade de gênero vivenciada em díspares temporalidades, escalas e espaços. Conforme Ornat (2013), todo corpo consome espaço e cada pessoa se relaciona de forma subjetiva no espaço. O relacionamento e a interação intersubjetiva entre diferentes pessoas constroem e modificam o espaço.

Abjeção, para Miskolci (2016, p.24), refere-se “ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que consideram uma ameaça ao seu funcionamento, à ordem social e política”. Os abjetos, neste caso, ultrapassam a ideia da homossexualidade, referindo-se à corpos que, pela sua condição sexual passam a ser

ameaçados por uma lógica de relações de poder político-sociais com uma visão homogênea e estável da sexualidade, visão esta, fortificada nos anos 1960 após a epidemia de AIDS vigente. Salih (2017) argumenta que a teoria de Butler causa perturbação, no momento em que questiona a categoria de “sujeito”, colocando-o como objeto a ser construído e performativo; e ao indicar possíveis modos de alterar as identidades sexuais, que causam ainda mais abjeções por parte de quem está interessado na preservação das oposições binárias.

De acordo com Silva (2013), o espaço das travestis possui um discurso, que não são lidos por que são considerados abjetos pela sociedade heteronormativa.

As travestis são impedidas de estar em determinados lugares. Isso pode ocorrer de maneira sutil, por meio de constrangimentos, como olhares acusatórios, sorrisos de deboche e humilhações ou atos de rejeição ou exclusão explícita que culminam na sua expulsão de determinados locais. Todas estas ações fazem parte do discurso instituído pela sociedade heteronormativa que expressa a sua ordem espacial, e todos aqueles que não fazem parte da trama discursiva devem sofrer as sanções sociais (SILVA, 2013, p.158).

Ao aproximar a teoria queer dos conceitos territoriais é fundamentalmente pelas performatividades/manifestações dos corpos abjetos, são elas as geradoras de territorialidades por criarem elementos de apropriação, uma vez que a presença deste corpo no território, é performático e contestador no sentido da heteronormatividade. Alinhado ao momento em que os corpos passam a performar e usufruir do território, com elementos de territorialidade, se constitui um território de abjeção (ou, como será chamado: território queer), podendo estar em conjunto com demais territórios similares, constituindo uma geografia sexual (abjeta).

**CAPÍTULO II**  
**GEOGRAFIAS TRANS(ICIONAIS) DA PROSTITUIÇÃO.**

2.1 Analisando os pontos de prostituição trans em MACAPÁ-AP e suas interseccionalidades.

Assim, como James Duncan, a pesquisa concebe o espaço da prostituição travesti como mais um texto urbano que é lido e interpretado por sujeitos que têm seus próprios textos. Os múltiplos textos coexistem, interceptam, conectam, sobrepõem ou justapõem uns aos outros, construindo tramas de múltiplas dimensões e escalas.

Abordando o trabalho de Gillian Rose (1993), Silva (2005) argumenta que o conceito de espaço paradoxal permite a construção da visibilidade de grupos sociais não hegemônicos. Os grupos periféricos só alcançam visibilidade se observados segundo seus espaços de luta e resistência, e, em relação à nossa questão, através do território da prostituição travesti, na contradição ao discurso hegemônico-normativo. Valorizando o espaço, Rose visualiza o urbano como formando e sendo formado por teias multidimensionais de sociabilidades, cada uma com suas próprias espacialidades. A principal cena desta construção seria a multiplicidade de relações entre estas teias: teias que se interceptam, que se complementam, que se contrapõem, ou autônomas. Essa característica atribui a cada teia um constante movimento de transformação espaço-tempo.

O espaço, desta forma, é desconstruído e reconstruído cotidianamente, e ‘potencialmente’ subvertido pela possibilidade do novo criativo. Desta forma, o espaço paradoxal de Rose abre-se como uma possibilidade de transformação. Este é constituído por várias articulações e dimensões. A principal ideia é de que cada pessoa é múltipla, constituída por múltiplos elementos espaço identitários. Esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo potencialmente mudar a posição dos atores entre centro e margem, devido à plurilocalização dos indivíduos, compreendidos sempre como separados/conectados. Após esta mediação da experiência travesti, passamos a conceber o território composto de um poder multidirecional, intercambiado entre os sujeitos que compõem a configuração que dá sentido à apropriação espacial. Portanto, argumentamos que o território se institui de pluri-localizações dos sujeitos que não são fixos em suas posições de centro e margem, mas constantemente tensionados.

As configurações podem ser inúmeras, porque os sujeitos se constituem na relação com os outros sujeitos, e em situações socioespaciais que podem trazer vantagens e desvantagens, dependendo das características das forças colocadas em tensão. Foucault

(1988, p. 104) adverte sobre a mobilidade das relações de poder, pois “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”.

Em setembro de 2022, a entrevistada com o pseudônimo Vivian Albuquerque afirma que:

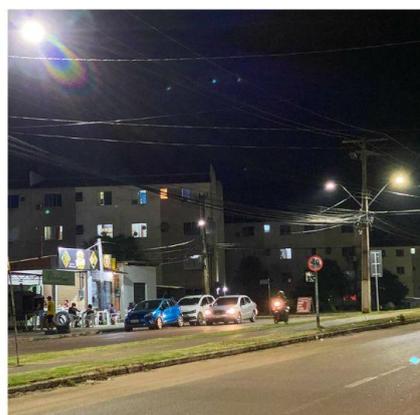
“Ady, aqui em Macapá a prostituição começou de fato nos anos 70, e foi nessa avenida, na Avenida Claudomiro de Moraes, quem me falou isso foram as madrinhas mais velhas. As bichas aqui foram lançadas para essa rua devido ser mais escuro e propício para os programas, e desde lá estamos aqui trabalhando e ganhando o nosso pão né mana?”

Ainda sobre os pontos a entrevistada complementa que o território necessitam de características próprias para desenvolver a prostituição. Vivian Albuquerque fala sobre:

“Os bofes não vem se tiver muito claro não! O babado aqui tem que ser um pouco escuro e próximo aos motéis, somente desta forma rola o programa. Vou te falar algo, aqui na avenida os programas rolam no carro em sua grande maioria.”

Ribeiro (2010) afirma que é necessário para o desenvolvimento da prostituição certa ambiência, demarcada pelos limites de uma territorialidade definida e abordada em grande escala nas cidades brasileiras com diferentes focos, tais como a presença de ambientes escuros; proximidades de estabelecimentos comerciais (bares, casas de show e motéis); assim como em lugares de grande fluxo de pessoas e de variadas atividades. Características semelhantes a essas são encontradas em determinados bairros na Cidade de Macapá-AP como: Universidade, Zerão, Congos, Buritizal, Santa Rita, Centro, Renascer, Jardim e Novo Horizonte. (Figura 01).

Figura 01: Imagem à esquerda, Mulheres prostitutas trans do Bairro Santa Rita, à direita ponto de prostituição no bairro Buritizal durante a noite.



Identificamos pontos em várias regiões da cidade de Macapá-AP, desde de bairros da zona sul como os da imagem acima, como os bairros da zona norte. (Figura 02).

Figura 02: Imagem à esquerda, Mulher prostituta trans do bairro Jardim, à direita ponto de prostituição no bairro São Lazaro durante a noite.



Fonte: Santos, Adymailson (2022)

Quando falamos em territórios existenciais pluralizados, buscamos problematizar as expressões individuais e coletivas que acontecem em um dado espaço geográfico/geopolítico. Assim, os chamados territórios existenciais de mulheres ligadas à prostituição não podem ser entendidos como pontos fixos, mas, como processos e ambientes vivos e que estão em constantes transformações. Guatarri (1992, p. 44) alega que no território existencial uma instância expressiva se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica. Neste sentido, entrar em um território existencial já é modificá-lo fazendo parte dele, pois ele é esta expressividade sempre provisória que a tudo capta, sensível e determinante na constituição de seus personagens (MACERATA et al, 2014, p. 923).

Tantos os estudos desenvolvidos por Raffestin (1993) quanto às análises propostas por Deleuze & Guatarri (1996) vêm acrescentar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização enquanto partes importantes que configuram os chamados territórios. Para esses autores, o processo de desterritorialização consiste no chamado abandono do território, enquanto que a reterritorialização corresponde ao movimento de reconstrução do território pelas pessoas. Tais aspectos não equivale somente ao plano físico/imaterial e geográfico, mas também ao nível do pensamento, como bem salientaram Deleuze & Guatarri, quando afirmam, convictamente, que pensar é

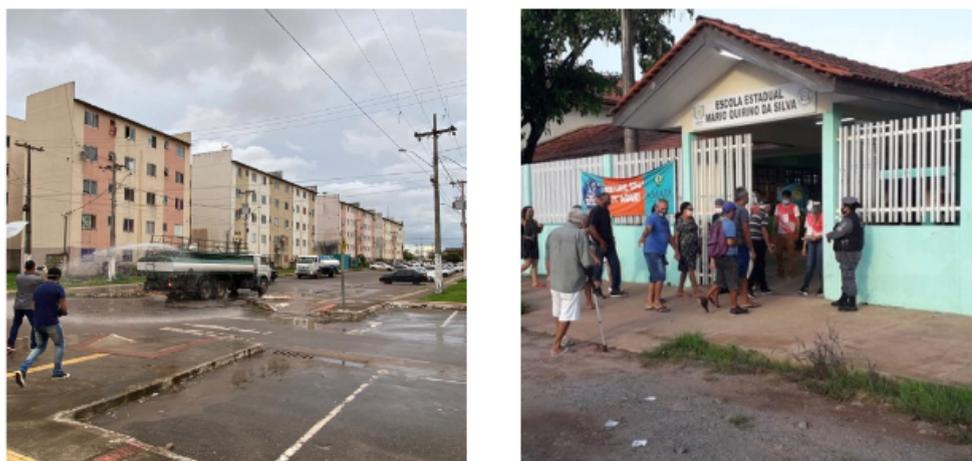
desterritorializar, um processo que propicia a abertura possível para novos afetamentos e agenciamentos.

ORNAT(2010) em seu artigo “Território instituído ao território instituinte do ser travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas” afirma que:

Devido ao fato de cada indivíduo estar inserido em múltiplas teias socioespaciais, as relações de poder entre centro e margem de cada rede é permanentemente tensionado. Um mesmo indivíduo pode ocupar uma posição periférica em uma das teias da rede e obter uma posição central em alguma outra teia de relações de forças.

Ainda sobre estes territórios encontrados em Macapá-AP, observamos que os mesmos se modificam/transformam de acordo com o período do dia, pois durante o dia presenciamos existência de escolas, feiras, lojas, estabelecimentos comerciais e outros. Como mostra a (Figura 03)

Figura 02: Imagens dos pontos de prostituição durante o dia no Bairro Buritizal.



Fonte: Santos, Adymailson (2022)

Sobre isto, Dunca (1990) afirma que essas configurações são definidas a partir de dinâmicas relacionais e processuais entre um conjunto de sistemas de significados e práticas temporalmente mutáveis. Ao levarmos em consideração o aspecto da intertextualidade, evidenciamos tanto a construção de diferentes significados sobre um mesmo objeto, como seus contrastes e assimilações, admitindo a existência de forças que atuam na produção simbólica do espaço. A consideração da cidade enquanto um texto, produzida por intertextualidades, é uma possibilidade de tornar visível textos que não são hegemônicos em sua correspondente dimensão espacial.

Destacamos que o foco central desta pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, está concentrado na análise dos territórios da prostituição de rua, considerando as relações socioterritoriais decorrentes da manutenção desta atividade. Buscamos delimitar e analisar os territórios de atuação de prostitutas travestis, marcados por limites e desdobramentos de suas territorialidades que, por sua vez, estão em um processo permanente de (re)construção e (re)organização frente ao campo de forças que atua nas dinâmicas territórios, porém ressaltamos também a existência de pontos de prostituição de homens e mulheres cis de acordo com o mapeamento feito.

## 2.2 “Cartotrans”: Uma possível abordagem qualitativa.

De acordo com Passos & Barros (2009, p. 17), a cartografia se caracteriza enquanto traçados de planos de experiências. Para os autores: Realizar uma reversão no sentido tradicional de método – não mais caminhar para alcançar metas pré-fixadas, mas o primado que o caminhar traça, no percurso, suas metas são tarefas importantes a serem realizadas pelo cartógrafo. Assim, quando pensamos nas questões que fazem referência à prostituição, podemos perceber a cartografia como inegável contribuição para a nossa pesquisa, posto que ela não se apresenta dirigida para metas pré-fixadas, mas procura conceber as pessoas envolvidas na ação da pesquisa como heterogêneas e em movimentos contínuos, sempre passíveis de novos agenciamentos e transformações.

Para Rolnik (1989), a prática do cartógrafo/a está voltada ao mapeamento e às estratégias da formação dos desejos no campo social, um exercício político em nome da vida, que sempre se apresenta de maneira plural, ativa e vivificante e, ao mesmo tempo, de forma efêmera, mutante e processual. Para a autora, o movimento do cartógrafo visa à produção dos sentidos e à problematização dos processos pelos quais as pessoas vão sendo subjetivadas ao longo do tempo e de suas relações sociais. Logo, uma das preocupações da cartografia é abarcar as paisagens que vão sendo construídas pelas pessoas no decorrer de suas interações mais íntimas com os seus próprios afetos, desejos e resistências. Neste sentido, o trabalho do cartógrafo, segundo Rolnik (1989), tem por finalidade:

[...] um composto híbrido, feito do seu olho, é claro, mas também, e simultaneamente, de seu corpo vibrátil, pois o que quer é apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de

intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientado suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, representações estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido (ROLNIK, 1989, p. 68).

Portanto, o trabalho do cartógrafo implica na recriação constante de seu campo de investigação, na leitura contínua e processual das realidades e na ruptura dos equilíbrios estabelecidos de forma dominante nas ciências. Trata-se, segundo Romagnoli (2009), de um conhecimento não dualista, que insiste na produção de conhecimentos locais e transitórios e na necessidade de pluralizar as metodologias voltadas aos estudos das subjetividades, ligando-as às heterogeneidades e às coletividades num contexto permanente de relações, também denominados por Donna Haraway (1995b) de Saberes Localizados. Para a autora, os Saberes Localizados consistem em novos olhares do/a pesquisador/a sobre o contexto do conhecimento científico, pautados nas ideias de multiplicidades e heterogeneidades.

Conforme Ribeiro e Mattos (1996), em estudo que foi inspirador sobre a prostituição em espaços públicos na área central da cidade do Rio de Janeiro, para uma grande parte da sociedade, essas áreas estão associadas a verdadeiros territórios do medo e da segregação. Ainda compactuando com os autores, destacamos as ambiências semelhantes dos pontos e suas características.

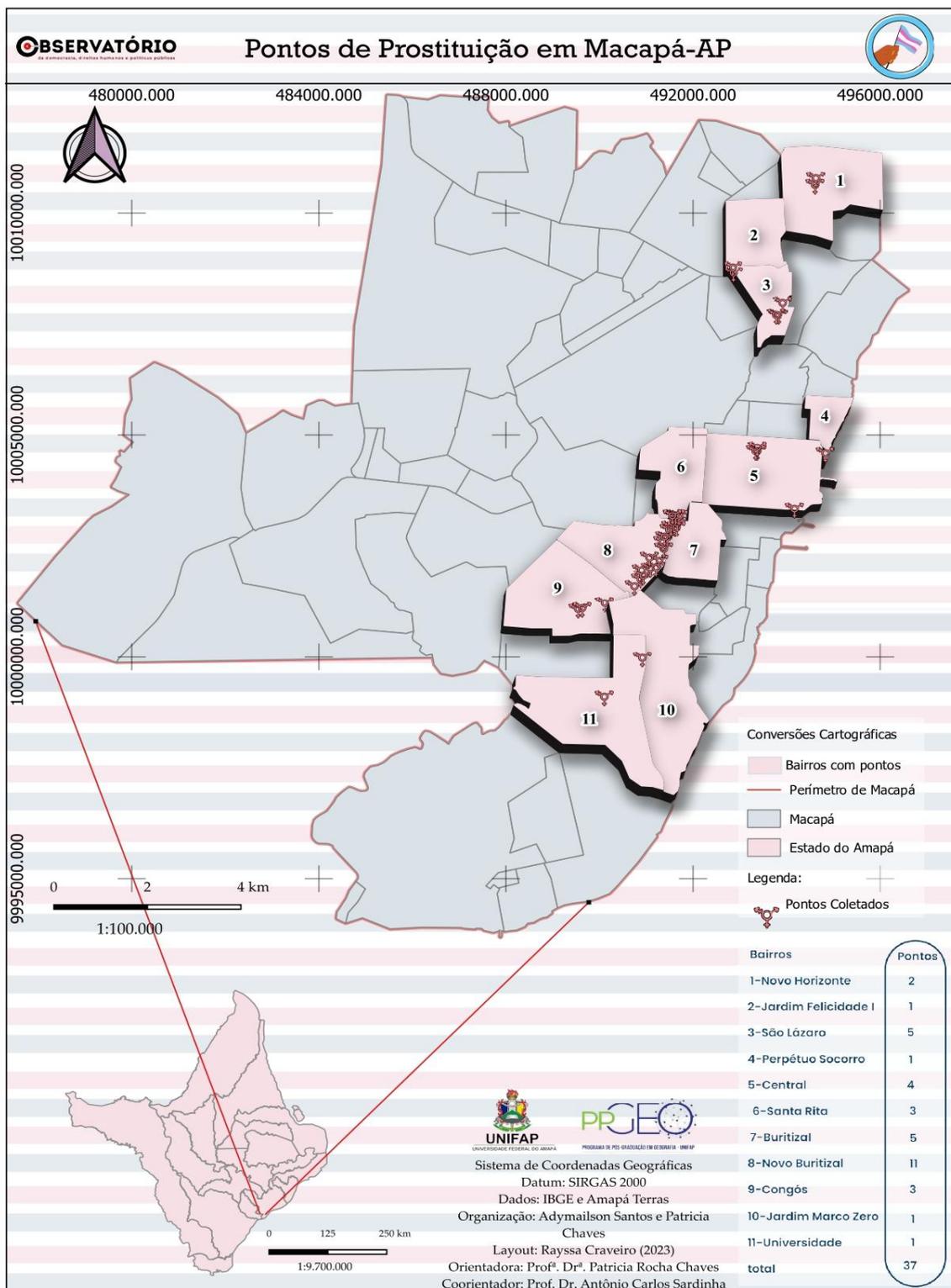
Ribeiro e Mattos (1996) esclarecem que no caso da prostituição, uma rua, um conjunto de ruas, uma praça ou um parque público pode ser um território, durante certo período de tempo e isso ocorre porque o indivíduo, ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, cria um território. No entanto, os autores explicam que para estes territórios poderem existir como tal, é necessário um esforço constante para sua instalação e manutenção.

Ribeiro e Mattos (1996) ainda destacam que a prática da prostituição configurasse a partir de relações de poder. Tal prerrogativa justifica-se pelo fato de pessoas que ganham a vida se prostituindo, estabelecerem territórios onde se desenvolvem esta atividade. Para os autores, o espaço se torna um território desde que seja tomado por uma relação social de comunicação, onde seus atores (prostitutas, michês e travestis, bem como eventuais clientes) se concentram e vivenciam-no em um determinado período de tempo.

Esclarecemos que a referida escala de análise não utiliza limites administrativos dos bairros conforme lei municipal, podemos verificar a existência de territórios da prostituição

em seus diversos segmentos. Assim, além de logradouros públicos do bairro centro, o recorte espacial analisado abrange também outros bairros da cidade de Macapá-AP. De acordo com o mapeamento identificamos 37(trinta e nove) pontos nos bairros já citados que se configuram desde a zona norte até a zona sul da cidade de acordo com o mapa: (MAPA 01)

MAPA 01 – Principais pontos de prostituição de mulheres Trans\* de rua em Macapá-AP



Esclarecemos que a referida escala de análise não utiliza limites administrativos dos bairros conforme lei municipal, mas sim o centro expandido da cidade, onde foi verificada a existência de territórios da prostituição em seus diversos segmentos. Assim, além de logradouros públicos do bairro centro, o recorte espacial analisado abrange também parte do bairro que lhe é próximo.

Destacamos que o foco central desta pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, está concentrado na análise dos territórios da prostituição de rua, considerando as relações socioterritoriais decorrentes da manutenção desta atividade.

A compreensão da espacialização dos pontos de prostituição de mulheres travestis é fundamental para observar estruturas interseccionais, revelando a violência pautada nos processos que legitimam a desqualificação, marginalização, transfobia e inúmeros movimentos de exclusão das pessoas trans que acabam recorrendo “à rua” como única forma de viver e sobreviver.

### **CAPÍTULO III**

**SER TRAVESTI NA SOCIEDADE: DELAS, POR ELAS E PARA ELAS.**

### 3.1 A cidade dos corpos abjetos e transgressores: Ser travesti na sociedade

“Eu acho que eu tinha de seis para sete anos de idade, eu sentia que era diferente. Eu já pensava diferente, eu não pensava como os meus irmãos lá no Oiapoque. Lá nesse interior eu já me sentia uma menina, e meus irmãos me batiam porque eu não gostava de fazer as coisas que eles queriam, como jogar bola por exemplo. Eu brincava com as minhas irmãs, de casinha, de boneca, de pintar, de fazer comidinha, essas coisas, eu brincava com brincadeiras de menina, pois eu sou uma menina.”

Mayara Nathalia, Macapá-AP, 2022.

Ser travesti na sociedade pode ser extremamente difícil e desafiador, especialmente em uma cultura que frequentemente marginaliza, discrimina e oprime as pessoas trans. As travestis muitas vezes enfrentam múltiplas formas de violência, incluindo violência física, saúde e moradia.

Além disso, as travestis muitas vezes são vistas como "corpos abjetos e transgressores" pela sociedade, pois sua existência e expressão de gênero muitas vezes desafiam as normas sociais e de gênero predominantes. Essa visão limitada e estigmatizada das travestis pode levar à exclusão social e à falta de reconhecimento legal e institucional de seus direitos. No entanto, apesar desses desafios, muitas travestis resistem e lutam pela sua sobrevivência e sobrevivência. Elas criam redes de apoio e solidariedade entre si, bem como alianças com outros movimentos sociais e de direitos humanos, a fim de promover a inclusão e o respeito pela diversidade de gênero sexual.

A utilização da palavra "travesti" nessa pesquisa gerou discussões pelo uso do termo, pois para outros pesquisadores de culturas euro americanas, já que eles costumam traduzi-la para a língua inglesa como transvestite, segundo o psicólogo José Palmas(2023):

“Ora, o termo transvestites refere-se a pessoas, de ambos os sexos, que vestem roupas do gênero oposto em apenas algumas ocasiões, sejam elas de fetiche sexual ou de manifestação de irreverência social.”

As travestis brasileiras buscam a expressão integral da feminilidade, incluindo-se além da vestimenta, da maquiagem e de adereços, o conjunto de comportamentos sociais. Elas também fazem transformações em seus corpos, como mediante o uso de hormônios e silicones, para modificar suas formas e chegar o mais próximo possível da feminilidade desejada, sem que essa condição caracterize, entretanto, uma transgenitalização. Portanto, isso pouco se aproxima do conceito de transvestite.

A identidade travesti é plenamente assumida nos movimentos políticos que lutam pela diversidade sexual, nos quais a participação travesti é bem expressiva. A sigla LGBT, que deriva da Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, foi questionada pelos integrantes do movimento, sendo, então, modificada para LGBTTT, que passou a incluir, além dos grupos já citados, o das travestis. A inclusão de um segundo T marca a necessidade de explicitar a diferença entre travestis e transexuais. Outras duas siglas importantes a serem consideradas são a do Encontro Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros que Atuam na Luta Contra a AIDS (ENTLAIDS) e a da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA).

A persistência em tornar visível o grupo de travestis dentro do movimento pela diversidade sexual no Brasil tem produzido o fortalecimento de sua identidade, e isso mediante o próprio termo “travesti”, ao contrário de evitar a sua utilização, como sugerem os pesquisadores anglo-americanos. São comuns brincadeiras de travestis a respeito do termo “transgênero”, e elas fazem piadas com um termo similar, “transgênico”, dizendo: “Eu não sou soja para ser transgênica, sou travesti!”.

São ainda incipientes os estudos e pesquisas relacionados ao universo das pessoas trans no Brasil cujo foco seja compreender de forma mais profunda a realidade dessa população ainda tão discriminada e excluída da nossa sociedade. Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, as pessoas trans ainda são alijadas de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física.

“O Brasil vive ultimamente um movimento paradigmático em relação aos direitos humanos da população [trans]. Se por um lado conquistam-se direitos historicamente protegidos por uma elite [cis]heteronormativa e se aprofunda o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro se assiste a atarradora reação dessa mesma elite em sua vontade de perpetuar o alijamento dessessujeitxs e seus afetos” (BRASIL, 2012).

As pessoas trans<sup>1</sup> compõem um grupo muito vitimizado no país. O risco de uma pessoa travesti, transexual ou transgênero ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é 9 vezes maior. De acordo com as agências internacionais, quase metade dos homicídios contra pessoas trans do mundo

---

<sup>1</sup> **Trans\*** É um termo usado para definir pessoas que se identificam com um gênero diferente do que foi designado no momento de seu nascimento. Isso significa que a identidade de gênero não coincide com o sexo biológico. A palavra não descreve um gênero em si, mas uma modalidade de gênero. Ela funciona como uma expressão “guarda-chuva”, englobando todos aqueles que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer, não se identificam com nenhum gênero ou se identificam com mais de um deles. Transgêneros, transexuais, travestis, pessoas não binárias e agênero, por exemplo, correspondem a identidade trans.

ocorre no Brasil, segundo a ong Rede Trans. Sobre isso a autora Nogueira (2012) afirma que:

No entanto, o número de ocorrências desse tipo pode ser ainda maior, devido ao elevado índice de subnotificação. Sabendo-se que existem muitos casos não noticiados ou nos quais as vítimas são registradas de forma errônea como “homem” ou “homossexual” (NOGUEIRA 2012)

Assim, ainda não é conhecido o número exato de pessoas trans que sofrem a violação dos seus Direitos Humanos Centenas de travestis morrem por ano vítimas do uso de silicone industrial ou por problemas causados pelo uso indiscriminado de hormônios.

Mesmo com alguns avanços na área de saúde integral para pessoas trans, ainda são escassos os hospitais que atendem essa população. Muitas pessoas travestis, transexuais e transgênero deixam o Brasil em busca de uma vida estável na Europa. No Brasil, é comum que pessoas trans sejam alijadas do mercado de trabalho, excluídas do espaço escolar desde as séries iniciais e expulsas de casa ainda na infância. Muitas não possuem nem documentos de registro e são enterradas como indigentes, o que mostra o desrespeito a essa população até mesmo na hora da morte.

Socialmente existem todas aquelas perversidades cotidianas impostas por aqueles indivíduos que se recusam a tratar-nos de acordo com a nossa identidade de gênero. Na morte, muitas vezes são enterradas pelas amigas ou como indigentes, porque as famílias não clamam o corpo. A esse ser humano é recusado, desde o seu nascimento até o fim da sua vida, o direito de ser ela mesma.

As histórias de exclusão social e discriminação são reafirmadas por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social que elas sofrem todos os dias. Na fala dessas pessoas trans, observa-se um sentimento de aflição resultantes dos confrontos e enfrentamentos rotineiros e da não aceitação da sociedade, que podem levar até ao suicídio

Segundo Araújo(2016) que sempre ressalta em seus trabalhos que é mulher trans\*, traz o conceito de exclusão social está intimamente relacionado com o de desigualdade social, uma vez que ela gera pobreza, miséria, mortalidade, aumento do desemprego, aumento da violência e marginalização de parte da sociedade. As travestis brasileiras cotidianamente buscam fugir desta realidade social que lhes é inerente e um dos mecanismos de sobrevivência impostos pela sociedade é a prostituição, como se não bastasse às vulnerabilidades externas que está profissão já acarreta e que com ela traz infelizmente a necessidade de se adequar a competição do mercado.

A construção do gênero é um processo longo e ininterrupto. Na adolescência começam a ser interiorizados, reproduzidos como verdades naturalizadas, primeiramente

pelos familiares, logo após nas escolas, nas instituições religiosas, nos ambientes de trabalho, etc. Determinando assim a forma que devem se portar no contexto social.

A necessidade de driblar cotidianamente o papel de ser estranho entre os normais impulsiona as travestis à identificação com o estereótipo da feminilidade desde sua infância por meio de seus trejeitos, sensibilidade, etc., pois é a única maneira que encontram de se incluir em um padrão social, de tornar legítima sua permanência dentro deste contexto social que cada vez mais lhe exclui. Sobre isso a entrevistada Priscila Valentina afirma que:

“Ai Bi, ser travesti na sociedade é super difícil, todas as portas são fechadas, não temos trabalho, escola e nem comprar açai a gente pode porque o povo fica olhando e fofocando. Mas acho que a sociedade ainda não está preparada para lidar com o que é diferente. A nossa existência, de alguma maneira, agride o povo. E aqui ainda tem o babado da questão da religião, com a questão, ao ponto de falarem que a gente tem demônio no couro. Há toda uma cultura negativa e de ódio construída em cima das trans”

Em *Narrativas Cotidianas das Profissionais do Sexo: o trabalho nas casas noturnas*, Andrade (2015) problematiza o território da prostituição como ambiente comunitário, um local de criação de laços afetivos e de pertencimento social. Para Rodrigues (2009), a relação de sexo por dinheiro se caracteriza como lugar de contradições, permeado por sociabilidades e estigmas, fato corroborado em Fonseca (1996) e Russo (2006). Todos esses estudos se voltam contrariamente à ideia de que a prostituição seria uma das poucas alternativas de vida para mulheres trans em situações de pobreza e vulnerabilidade social.

As mulheres trans têm como dificuldade principal o seu reconhecimento na sociedade e seu gênero com o qual claramente se identificam e não com aquele determinado por sua condição biológica.

Além disso, as pessoas trans ainda carregam em seu histórico a patologização de sua condição, sob a tutela de uma identidade oposta aos cisgêneros. Com o peso da corporeidade que não tem a visibilidade heteronormativa, passam a ser mais vistos como pessoas de caráter perturbado ou deformado, com problemas mentais e doenças traumato-psicológicas. Sobre o assunto, Rayka Oliveira mulher trans afirma que:

“Por muito tempo, as pessoas acreditaram que a mulher trans era a ‘mulher operada’. Enquanto travesti era a ‘pessoa que não operou’ e se parecia mais com homem. Esse pensamento é extremamente errado e abominável hoje em dia. A gente entende que nada tem a ver com cirurgia ou com o que é mais feminino. E muitas pessoas não enxergam como homens gays que estão ali de forma passageira e jamais serão mulheres.”

Porém, o que se constata na realidade é uma difícil e delicada situação durante o processo de construção de uma nova identidade trans. De acordo com Silva (2014):

Os indivíduos sofrem com suas dúvidas interiores e preconceitos internos e externos, de tal forma que passa a olhar ao seu redor e se considerar 'anormal', sujeito não reconhecedor e respeitador de seu corpo, 'aberração' da natureza, na tentativa de expressar seu sentimento de descontinuidade fortalecido a partir da pressão feita pelo padrão hegemônico vigente, que considera o hétero normal, e apesar de a orientação sexual não heterossexual ter sido removida do CID (Classificação internacional de Doenças) em 1993, ainda existem resquícios afora deste parâmetro burocrático, como a proposta de decreto 234/11 do deputado Federal João Campos (PSDB-GO) apelidada de 'cura gay'; que causou polêmica, porém recebeu apoio de diversos setores da sociedade brasileira, o que mostra que muitos ainda consideram uma anormalidade o fato de algum indivíduo não ser heterossexual, e por isso pensam que deve existir uma possibilidade de 'tratamento' para este. (SILVA, 2014).

Já Ornat (2008), explica que a participação social das mulheres trans\* na sociedade é mitigada, estando mais para o ideal do que para o real.

A vida cotidiana das travestis é marcada pela exclusão e é através das pequenas brechas que elas podem desenvolver táticas de sobrevivência. A existência das travestis é marcada por uma diversidade de ameaças, desde assaltos, brigas, rivalidades, violência, drogas e discriminação. Tais ações são resultados da consideração de que estes indivíduos são pessoas anormais, não pertencentes a uma sociedade que é tolerante com prostitutas, mas invariante com travestis.

De fato, há ainda um longo percurso a ser percorrido no que tange ao respeito e a aceitação, para que seja realizado todo o processo de construção de uma nova identidade trans\* no Brasil.

Deste modo, é imprescindível refletir acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza e que irrompem com os padrões heterocisnormativos<sup>2</sup>. A maior parte da população trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas.

Esta simples explicação do ser travesti apresentada anteriormente é necessária no sentido de delimitar minimamente o grupo focal, pois se sabe que há polêmicas em torno das definições de seres que não se enquadram nos pólos femininos e masculinos, tradicionalmente estabelecidos no campo científico, político e social. Todavia, ao observarmos o movimento das reivindicações e da ação política das travestis, se argumenta

---

<sup>2</sup> Héterocisnormativos são aqueles onde as normas, as expectativas em relação às pessoas, giram em torno de comportamentos heterossexuais (que as pessoas tenham relacionamentos afetivos e sexuais com alguém do sexo oposto) e cis (ou seja, que a identidade de gênero das pessoas coincida com o sexo biológico de nascença).

a necessidade de se conceber as travestis a fora. Isso porque elas possuem demandas sociais específicas. Embora haja ainda muito a ser debatido sobre as categorizações que infelizmente elas estão.

3.2 “Por que vocês querem estudar a gente?”: As relações entre o território e a territorialidade da prostituição das travestis.

“É complicado a gente pensar que cometemos um erro. Que não podemos ter direito a um lugar digno, parece que a sociedade nos joga nas esquinas. Ady esses são os nossos territórios, as esquinas! Nenhuma de nós queríamos estar aqui, mas não tem jeito, ou a gente fica aqui e trabalha, ou morremos de fome que nem uma bicha velha. O lado das meninas trans é difícil”.

Marcela Ramos, Macapá-AP, 2022

O conceito de território tem se constituído como objeto de interesse da ciência geográfica pelo menos desde a sua origem, como disciplina institucionalizada na academia. Para Haesbaert(2004) este conceito possui uma característica de polissemia, apresentando-se em três vertentes principais: um Território Político – confundido muitas vezes com o Estado-Nação; o Território Econômico – relacionado a fonte de recursos; e o Território Cultural – uma apropriação e valorização simbólica de determinada porção do espaço.

Mesmo que existam estas claras orientações, o conhecimento científico, notadamente a Geografia e a Ciência Política, privilegiaram o conceito de território relacionado ao Estado-Nação, como denunciado por Souza (2000). Segundo o autor, o conceito de território nasce na Geografia Política, como um espaço que é apropriado e ocupado por um grupo social. Esta ocupação seria considerada como criadora de raízes e identidades. Seus limites não seriam imutáveis, mas cada espaço enquanto território seria território durante todo o tempo. Este fato teria referência com a questão de que só o tempo seria produtor de uma identidade socioespacial, identidade com o território e com o poder controlador deste território.

Por uma Geografia do Poder, Raffestin (1993) disserta sobre o território como um dos trunfos do poder, ao lado da população e dos recursos. O território seria, para o autor, um trunfo particular, “recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos” (1993, p. 60). O autor entendia que o espaço e o território não eram termos equivalentes. Em suas

afirmações o território é posterior ao espaço, formando-se a partir do espaço, como produto da ação de atores. Atores produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um processo de territorialização, quando se manifestam todas as formas de relações de poder”.

As reflexões sobre a territorialização e territorialidades, por Saquet (2011, p. 40), tem por base teórica Raffestin, que compreende a territorialização como processo que produz o território. “Movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir- pretérito e como pretérito - devir”.

A origem da reflexão do conceito de poder, feita por Raffestin (1993), está em Foucault (1988). em História da Sexualidade I: a vontade de saber. Raffestin (p. 53) elege cinco pontos de saliência na proposição de Foucault em relação ao poder:

- O poder não é algo a ser adquirido, mas uma relação a ser exercida a partir de inúmeros pontos;
- Estas relações não são exteriores às relações econômicas, sexuais, de gênero, etc., mas emanando delas;
- O poder vem de baixo, não havendo oposição universal entre dominadores e dominados;
- Estas relações são intencionais e não subjetivas; e finalmente; Onde há relação de poder há resistência... mas esta resistência não é exterior às próprias relações de poder.

Mesmo que Raffestin receba críticas em relação a sua redução do espaço social ao espaço natural, e que coloque o território como sinônimo de espaço social, coisificando o território, integrando-o ao espaço social, vendo-o como um mero receptáculo às práticas sociais, Raffestin busca discutir o conteúdo programático do território, demonstrando preocupação em operacionalizar o conceito de poder a formar territórios. Outro crédito que devemos dar a Raffestin, é o fato de que o autor não relaciona a discussão do território exclusivamente ao Estado-Nação, como o fez Ratzel. Em sua proposta, o território seria produzido do indivíduo ao Estado, passando por todas as organizações.

Dessa forma, entende-se que território nacional é o espaço físico no qual está localizada a nação, que, por sua vez, está desenhada como uma ordem jurídica e política, “marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

De acordo com Andrade (1995), cujo pensamento coaduna com o de Raffestin (1993), o território está intrinsecamente ligado à ideia de poder. Partindo de uma abordagem política e econômica, tanto o poder público, quanto o privado se

territorializam para além das fronteiras políticas, constituindo sistemas plenos e estruturados de poder (RAFFESTIN, 1993).

Para Sack (1986), o território é uma área geográfica resultante das estratégias aplicadas que afetam, influenciam e controlam as pessoas, os fenômenos e as relações. Assim, a teoria permite afirmar que a territorialidade é uma construção social, baseada em relações com significados:

Pessoas não interagem e se movem no espaço como bolas de bilhar. A interação humana, o movimento e o contato são uma questão de transmissão de energia e informação com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso a recursos. Relações humanas espaciais são resultado de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária assumida pelo poder (SACK, 1986, p. 26).

Da mesma maneira, Haesbaert (2014) assegura que território tem ligação direta com poder, porém não apenas com o poder político; representa tanto o poder mais explícito de dominação, quanto ao poder mais simbólico de apropriação:

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade das suas manifestações, que é também e, sobretudo multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos - tanto no sentido de quem sujeita quanto no sentido de quem é sujeito (HAESBAERT, 2014, p. 96).

Vale a pena ressaltar que o território se apoia no espaço, entretanto, não é o espaço em si. Logo, pode ser evidenciado com uma produção a partir do espaço. É exatamente o que se identifica, conforme já foi dito, nos grupos das prostitutas que territorializam o espaço. Sobre isto a mulher Trans Marcela Ramos afirma:

"Meu bem aqui é uma eterna disputa, a gente tem que lutar toda noite pra ter o nosso destaque, se nao outra bicha vem e toma conta, eu super respeito algumas meninas, mas eu nao vou deixar ninguem tomar esse unico lugar que eu conquistei".

Para Silva; Alves Neto (2018, p. 2), o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e, certamente, são os indivíduos que possuem esse caráter de se impor uns aos outros que irão criar certa localidade. A continuidade das relações entre as pessoas é que transformarão essa localidade em um território. 3.2 "Não meu amor, aqui não é casa da mãe joana, aqui é meu ponto": A territorialidade queer.

"Aqui a gente tem todo o tipo de cliente, pobres, ricos, bonitos, feios... Enfim, o babado que aqui não é casa da mãe joana, esse é o nosso território e aqui eu trabalho com prazer. O fetiche dos nossos corpos é como se você

descesse o corpo do sujeito. Então, o que essa pessoa sente, o que ela é e o que ela quer fazer da vida dela deixam de importar. Por isso que, quando se fala das trans parece que é outro mundo, mas aqui o babado se mistura”.

Marcela Ramos, Macapá-AP, 2022

Sobre territorialidade, Haesbaert afirma que às dimensões sociais, de apropriação e aspectos históricos, distinguindo espaço geográfico de território. Na prática, o território de análise não se limita ao espaço geográfico, mas sobre a dimensão social e aos elementos que integram determinados usos e usuários. Ainda sobre o autor, o mesmo considera as relações de poder presentes no espaço geográfico, aspecto fundamental por onde passa a territorialidade aqui desenvolvida, e principalmente as dimensões subjetivas, denominadas como consciência, apropriação, identidade territorial ou dominação do espaço, dependendo dos instrumentos de ação político-econômica. (HAESBAERT, 2007, p.42-43).

Existe uma ordem de leitura na qual a apropriação para e conexão com o conceito da Territorialidade Queer aqui proposto, é de suma importância a noção de território como espaço/ambiente construído ao longo de um tempo em que coexistem processos sociais e históricos, como descrito por Saquet (2010), como ambiente de dominação, relações de poder e apropriação, tal qual escrito por Haesbaert (2007), e oposto à observação panorâmica de seus objetos.

Estamos diante de uma ocupação de territórios que ultrapassa os limites físicos, em que as relações de poder e domínio sob este território ocorrem de forma diferente à ocupação comercial na qual o centro diurno é enquadrado, como trazido por Corrêa, Paula e Pinto (2005). Mais do que elaborar a geografia sexual noturna da região, a territorialidade se atenta aos aspectos intangíveis ao urbanismo normativo, aqueles pelos quais um determinado grupo se apropria do recorte, estabelecendo dinâmicas próprias não planejadas, pois, mesmo após um longo processo de esvaziamento e abandono, manifestações noturnas ainda persistem em um horário em que a não permanência prevalece com usos e características em comum. ocupação noturna da cidade vem entrando nas pautas de políticas e reivindicações de grupos organizados em alguns centros, geralmente reivindicando um olhar para além do contraste noite-dia.

Os territórios queer servem como chave interpretativas sobre as reivindicações desses de vivências e práticas nos territórios. Locais em que uma ótica de gênero auxilia na elaboração de um pensamento da cidade “além-dia”, na qual o sexo, pornografia e prostituição passam a ditar dinâmicas próprias de apropriação do traçado territorial. Ao se

reivindicar a Territorialidade Queer e assumir e lutar por territórios apropriados por pessoas queer. Locais e usuários que não se enquadram em conceitos estabelecidos de gênero, que transcendem e transgridem formando territórios de "abjeção" e resistência. Os espaços que resistem neste meio noturno urbano são aqueles que se colocam como alheios ao capital e a heteronormatividade – sendo que o próprio corpo pode ser um destes espaços (PILE, 1997, p. 1-32).

Os corpos travestis são ininteligíveis na ordem discursiva de linearidade entre sexo, gênero e desejo. Eles não possuem um lugar de poder de onde falam para que seus discursos sejam reconhecidos como válidos e, por fim, são constantemente impedidos de participar das relações de qualquer espaço. Sobre esses espaços Silva(2013) afirma que:

As travestis são impedidas de estar em determinados lugares. Isso pode ocorrer de maneira sutil, por meio de constrangimentos, como olhares acusatórios, sorrisos de deboche e humilhações ou atos de rejeição ou exclusão explícita que culminam na sua expulsão de determinados locais. Todas estas ações fazem parte do discurso instituído pela sociedade heteronormativa que expressa a sua ordem espacial, e todos aqueles que não fazem parte da trama discursiva devem sofrer as sanções sociais. (SILVA, 2013)

Sobre isso o espaço interdito às travestis não é algo que possa ser facilmente detectado materialmente, pois não se podem colocar placas e avisos proibitivos à sua entrada. Mas esse espaço se faz no efeito das ações regulatórias, um conjunto de práticas que são lidas e interpretadas por elas como sendo espaços dos quais elas não têm o direito de fazer parte. O espaço interdito revela uma relação de contra-poder (na lógica relacional que tem o conceito de poder para Foucault, nestes termos, interditar de um lado é resistir e desinterditar por parte delas, na produção de um espaço de modo muito peculiar, que sua pesquisa pode indicar, para sobreviver a essa disputa pela produção do espaço urbano. Nestes termos territorializar é uma prática que comunga de dispositivos e estratégias que revelam que a territorialização sintetiza a disputa por poder de produzir e resistir nos espaços urbanos, a partir de corpos (como territórios dissidentes)

Na obra Geografias Malditas o espaço das travestis é interdito, pois o efeito das relações de poder que são onipresentes e, assim, sua constituição é vista como algo natural, sendo incorporado por todos os que fazem parte do campo discursivo. Ele se revela com toda sua força quando a ordem é desafiada, e as tentativas de transgressão da ordem revelam os limites espaciais que não devem ser ultrapassados para que a ordem se mantenha” (Silva, 2013, p148)

Nesse sentido, pensar as questões acerca da violência, exclusão e abjeção do gênero no processo de territorialização da prostituição das mulheres travestis na cidade de

Macapá-AP, nos amplia a visão sobre o possível dinamismo para que um determinado grupo possa exercer um controle, de modo a permitir a manutenção da atividade e inevitavelmente realizar o exercício do poder e coesão interna, como forma de manter a ordem e a perpetuação da atividade, além de defender o território de possíveis “invasores”.

Entendemos que os espaços “abjetos” se revelam como lugares por onde acontecem a vida e o cotidiano, sempre postos em movimento e em processualidade. Assim, os territórios podem ser entendidos como ambientes de permanentes construções das relações e das tensões provenientes de diferentes campos de forças. Para Saquet (2003), os territórios são, concomitantemente, locais e globais, singulares e universais, construídos no âmago da vida histórica e social, em contínuo arranjo e desarranjo. Para ele:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários (SAQUET, 2003, p. 24).

Em outro momento, o autor adverte que os territórios consistem em ambientes organizados socialmente, frutos de ações históricas humanas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos a partir de dinâmicas socioespaciais complexas e heterogêneas:

[...] o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relaciona (i)material com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83)..

Para Porto-Gonçalves (2006, p.42), o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. Nessa perspectiva, o território é uma construção social, onde as relações de poder entre os sujeitos sociais são definidoras. Porto Gonçalves reafirma o pensamento de Ratzel, de que o território é produzido a partir da apropriação do espaço.

A apropriação é, também, uma delimitação de fronteiras que separam os de dentro e os de fora, num jogo do qual participam tanto as travestis, quanto seus clientes, mas também toda a sociedade heteronormativa, que tem repulsa destes corpos. Assim, a disputa

por território em que as travestis estão inseridas no seu cotidiano também se expressa como luta pela sua própria vida; por acesso à cidade da qual são excluídas.

Assinalada por Haesbaert (2006), a perspectiva relacional, aponta o território como categoria que compreende as relações de dominação e apropriação da sociedade-espaço, tanto na dimensão da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação subjetiva cultural-simbólica. Esta categoria parte de uma realidade inicial dada que é o espaço geográfico, é produzido pelas relações dos sujeitos sociais que possuem raça, gênero e classe; o autor alerta que esses processos, embora diferentes, são indissociáveis.

O desafio desta pesquisa é analisar território considerando a categoria gênero e revelar as relações de dominação que se estruturam a partir dela. O território, parafraseando Bordieu (1995), é a teia de significados que envolve o corpo feminino, o corpo em si é espaço, como defende Nunes (2014), em sua tese sobre as geografias do corpo, em que compreende o corpo como um importante elemento do espaço geográfico, que transforma e é transformado por ele, e espaço como experiências corporalidades.

Para a autora, as geografias do corpo são reivindicadoras de subjetividades e espacialidades; “a corporeidade abre um espaço de significação do mundo em um movimento no qual o sujeito e o mundo se interpretam mutuamente”. Nessa perspectiva, compreende-se o corpo como objeto e sujeito, é *locus* material e simbólico, que carrega marcas de diferentes contextos sociais e históricos. O corpo, quando apropriado material e simbolicamente, torna-se território, primeiro território, território da cultura. Saffioti (2011, p. 40), afirma que “a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições”.

Haesbaert (2020) apresenta o corpo-território, a abordagem do território a partir da perspectiva de gênero, em que a principal escala é o corpo, relacionando corpo-território, conceito fundamental para esse estudo. Haja vista que os corpos das mulheres travestis e seus territórios são indissociáveis, compreender as proposições nos permitem compreender a temática tanto do ponto de vista da geografia urbana, quanto da geografia das sexualidades, considerando suas múltiplas implicações, num esforço de produzir um trabalho que transita e conecta ambos estes subcampos da geografia.

3.3 "Não sou homem, não sou mulher, sou travestir": Os territórios da prostituição travesti em Macapá-AP.

"Estamos ocupando vários lugares na sociedade, mas ainda é muito pouco. Ainda são as exceções que conseguem se fazer ouvir e quebrar os estereótipos que escreveram ao nosso respeito e que orientam a forma como a sociedade nos vê."

Amora Moira, (Uol 2022).

A prostituição, como atividade humana, ocorre em diferentes lugares e contextos, e o território pode influenciar a forma como ela é praticada, regulamentada ou proibida. Em alguns lugares, a prostituição é legalizada e regulamentada pelo governo<sup>3</sup>, enquanto em outros é criminalizada. A regulamentação da prostituição geralmente envolve a criação de áreas específicas onde a atividade é permitida, como zonas de tolerância, distritos da luz vermelha ou bairros onde as prostitutas podem trabalhar com certas restrições. Isso pode levar à concentração de atividades relacionadas à prostituição em áreas específicas da cidade, influenciando o uso e a ocupação do território.

Além disso, o território também pode afetar a vulnerabilidade das pessoas envolvidas na prostituição. As áreas onde a prostituição é ilegal ou criminalizada podem levar as pessoas a trabalhar em condições precárias e inseguras, aumentando sua vulnerabilidade a violência, exploração e tráfico humano. As áreas onde a prostituição é legalizada e regulamentada podem oferecer mais segurança e proteção para as pessoas envolvidas, mas também podem restringir sua autonomia e aumentar sua estigmatização social.

Outro aspecto a ser considerado é a relação entre a prostituição e o turismo sexual. Em algumas regiões, a prostituição é vista como uma forma de atração turística, o que pode levar a um aumento no número de pessoas envolvidas nessa atividade e um impacto negativo na imagem da cidade ou país como um todo.

Para Ribeiro; Oliveira (2011, p. 9), na geografia brasileira, os territórios da prostituição “constituem formas multifacetadas e imbricadas de relações sociais que se apresentam no interior de diversos territórios – justapostos e superpostos – constitutivos da sociedade em geral”. O autor ainda diz que o território da prostituição não trata exclusivamente do território–corpo, mas evidentemente território–vida.

Recorremos a Haesbaert (2004) para ressaltar a questão do território em dimensões simbólicas. O autor afirma que o conceito de território, mesmo que seja bastante polissêmico, contempla três dimensões fundamentais, quais sejam: política, econômica e a

---

<sup>3</sup> A atividade é regulamentada e legalizada em oito países da Europa: Países Baixos, Alemanha, Áustria, Suíça, Grécia, Turquia, Hungria e Letônia, o que torna mais seguro para que esses profissionais exerçam seu trabalho.

cultural. É através delas que a espacialidade que produz a territorialização se expressa. Assim, o território é um recorte espacial no qual um grupo social ou um sujeito “toma a posse” e, através de determinadas práticas, busca permanecer neste espaço a fim de cumprir seus objetivos. Haesbaert (2007, p. 28) também considera o processo de apropriação simbólica pois “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço.”

Com toda essa complexidade do território e a construção do ser travesti na sociedade a escritora e professora Amora Moira que é uma ativista sobre os direitos das mulheres trans nos traz a seguinte afirmativa:

"Na rua, com as prostitutas amigas, meu corpo fazia sentido. Era mais do que me sentir desejada novamente. Lá eu podia acreditar que era bela, que em algum momento a sociedade poderia me aceitar do jeito que eu sou, ali eu poderia ser a mulher que eu queria ser."

Amora Moira, (Uol 2022).

A complexidade do território da prostituição travesti, que envolve tanto a rua, onde ocorre a exposição e o contato com o cliente se estabelece, onde os valores são combinados, quanto aos locais em que a transação é efetivada, que pode ser desde ruas desertas e terrenos baldios, até motéis e hotéis já preestabelecidos. Estes territórios descontínuos e as relações cambiantes entre travestis e clientes em cada um deles faz com que o território da prostituição travesti seja entendido como um “território descontínuo paradoxal” Nas palavras de Souza (1995, p. 88):

Os territórios da prostituição são bastante “flutuantes” ou “móveis”. Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. O que não significa, em absoluto, que os pontos não sejam às vezes intensamente disputados, podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais –por exemplo, entre prostitutas e travestis, com estes expulsando aquelas de certas áreas [...] (Souza. 1995, p. 88)

Estes territórios protagonizados pelas travestis acontecem de forma diferente da feminina. Silva (2011, p. 26) argumenta que as performances das travestis prostitutas na cidade são distantes de outras performances femininas, pois a sociedade heteronormativa recusa as travestis na cidade. Em outras palavras, a prostituição de mulheres cis é aceita de forma que não causa tanto impacto e a prostituição das travestis acontece somente à noite e não durante o dia, como pode acontecer com a prostituição das mulheres cis.

ORNAT(2008) aponta que “as discussões sobre gênero, sexualidade e

territorialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo. São múltiplas as discussões em que podem se encaixar as questões das travestis. A mais adequada para fazer uma relação entre a cidade de Macapá e a prostituição é a partir da utilização do conceito de território. Ornat (2011) discute a questão da territorialidade travestis nas cidades. Ao introduzir o conceito de território o autor explica como acontecem as performances travestis no espaço:

A compreensão – das territorialidades – parte da prerrogativa de que o espaço é feito, segundo as práticas incorporadas, segundo a produção social de um espaço vivenciado cotidianamente, resultado de versões particulares de performances relacionais. Da mesma forma, todas as interseções de diferentes dimensões de categorias identitárias das travestis são co-construídas através destas relações entre espacialidades e temporalidades (ORNAT, 2011, p. 78).

Na cidade MACAPÁ-AP pude analisar algumas falas dessas mulheres através do trabalho social que é desenvolvido pela ONG ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO DAS MULHERES TRANS<sup>4</sup>, da Faculdade ESTÁCIO-MACAPÁ. Alguns dos discurso são de que as mesmas foram para as ruas trabalhar com a prostituição, pois é o único modo de sobrevivência, mesmo sofrendo repressões policiais e a repulsa da população, o ato de resistir e ali permanecer todas as noites acabou por identificar a área como territórios da prostituição travestis na cidade, sendo uma construção negociada, que se deu pela apropriação periódica e que é fundamental para a própria realização da atividade, que precisa de um ponto de referência no espaço, onde o serviço do sexo é oferecido. As intenções deste grupo de pessoas não é causar a repulsa da sociedade para adquirir os espaços centrais que lhes são negados, mas conquistar o direito de estarem ali e exercer uma das únicas profissões abertas às travestis (a venda de serviços sexuais).

Ribeiro (2010) aborda a prostituição a partir das experiências vividas por mulheres trans em condições de pobreza estrutural e de violência. As referidas pesquisas apontam que o mercado sexual como elemento de grande expressividade na vida de mulheres trans que se prostituem, principalmente em pequenos centros urbanos e em cidades do interior do Brasil. Estas leituras sobre prostituição e sua relação muito próxima com as diferentes expressões de violência são percebidas também em Silva (2014), para esta autora, a prostituição está ligada a uma dinâmica territorial muito particular, delimitando formas

---

<sup>4</sup> Trabalho desenvolvido por acadêmicos do curso de psicologia da Faculdade Estácio, que tem como um dos objetivos realizar o acolhimento psicológicos das mulheres prostitutas trans em MACAPA-AP.

específicas de violência e diferentes modos de produção das subjetividades de mulheres que se prostituem.

Assim, o território é constituído na delimitação e apropriação do espaço. Uma ação possibilitada pela intermediação de relações de poder, a instituição de um campo de força, a projeção espacial de relações sociais, delimitando *os de dentro* e *os de fora*, restringindo e excluindo pessoas e comportamentos. A partir da leitura dos autores, este território demanda constante manutenção, pois além de fruto das relações de poder, é base para elas. Estas demarcações não necessariamente devem ser formais, podendo existir de forma rarefeita e/ou simbólica. Mesmo divergindo em algumas questões, o território é aceito como pressupondo a existência de espaço-fronteira-poder. Como visto, a organização binária estava presente no posicionamento científico adotado até então na compreensão do território, concebido como um espaço apropriado por um grupo social e delimitado por uma fronteira, formal ou não, fixa ou plástica, que estabelecia e reforçava a posição de *insider/outsider*. Essa teoria propõe que as ações de indivíduos e grupos são influenciadas por sua posição dentro ou fora de um grupo dominante.

Os insiders são membros do grupo dominante, aqueles que têm acesso a recursos e oportunidades e que controlam os processos de tomada de decisão. Eles geralmente têm mais poder e privilégios do que os estranhos. Os outsiders, por outro lado, são aqueles que não têm acesso aos recursos e oportunidades disponíveis para os insiders. Eles geralmente são marginalizados e excluídos da tomada de decisões e do acesso a recursos importantes.

Essa teoria sugere que os insiders tendem a agir de forma a manter e fortalecer sua posição dominante, enquanto os outsiders tentam desafiar essa posição e buscar maior inclusão e igualdade. Uma análise das ações unidirecionais dentro/fora pode ser aplicada em diferentes contextos, como por exemplo, na análise das relações entre diferentes grupos étnicos ou raciais em uma sociedade, nas relações entre diferentes classes sociais, nas relações de gênero, entre outros.

Por exemplo, no contexto das relações de gênero, as mulheres historicamente foram colocadas na posição de outsiders, com menos acesso a recursos, menos poder e menos oportunidades do que os homens. Isso pode ser observado em questões como a diferença salarial entre homens e mulheres, uma representação desigual de mulheres em posições de liderança e tratamento discriminatório de mulheres em diversas áreas da vida.

A teoria das ações unidirecionais inside/outsider pode ser útil para entender essas desigualdades e para apontar caminhos para a busca por maior igualdade e inclusão na

sociedade. Por exemplo, as ações de inclusão e promoção da diversidade podem ajudar a diminuir a distância entre insiders e outsiders e promover uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, foi a partir do questionamento da ordem dual e bipolar que foram redefinidas as concepções teóricas que embasam nossos questionamentos.

Toda teoria é apenas uma aproximação da realidade; não é sua imagem refletida, mas resultado da (através) caminhada. A ciência geográfica esteve pautada, durante muitos anos, pelos métodos de investigação em que o pesquisador era um mero observador que revelava a ‘verdade’ contida na realidade, mantendo dessa forma a tão decantada neutralidade científica. Diferente desta concepção, acreditamos no fato de que o sujeito pesquisador interfere no sujeito pesquisado, ao passo que este lhe permite a reflexão, elaboração e re-orientação. Portanto, o conhecimento não está em nenhum dos lados da relação, mas no processo (SUERTEGARAY, 1996).

Toda a trajetória realizada, tanto empírica quanto teórica, demonstra a situação de posicionalidade do pesquisador em relação ao sujeito investigado e suas experiências espaciais, propiciando o re-arranjo do conceito de território na exploração do grupo das travestis. Para que atingíssemos uma compreensão adequada deste fenômeno, buscamos cercá-lo a partir de uma triangulação propiciada pela vivência de mais de um ano com as travestis que retiram seu sustento da atividade da prostituição, através de uma parceria realizada com algumas pessoas e a ong mosaico.

Assim como os geógrafos Jon Binnie e Gill Valentine (1999), compreendemos que o ser travesti se constitui no estar no mundo, e isso é essencialmente espacial, pois viver implica ações, práticas, relações que se realizam numa dimensão concreta. Contudo, o estar no mundo significa relacionar-se com outros modos existenciais, fundamentalmente diferentes do ser travesti e, nesse sentido, o poder coloca-se como ponto essencial. A partir desse foco, o caminho conceitual seguro para compreender a vivência do grupo de travestis que investigamos nos levou a adotar o território como ferramenta conceitual central. Mas quais e onde estão esses territórios em MACAPÁ-AP?

Nas considerações relacionadas ao território da prostituição travesti, este se apresentou como um local de construção de amizades e redes de solidariedade, mas como também um local de exposição do corpo. Se de um lado as travestis reconhecem que o território da prostituição travesti é o meio através do qual elas conseguem ser independentes, possibilitando o acesso destas ao vestuário, a alimentação e a moradia, por

outro salientam que esta é a única alternativa de sobrevivência, como visto na fala de uma das colaboradoras:

“Quando eu saí do Jari, eu tinha sido expulsa de casa por usar um batom da minha irmã, e eu tive que vir morar na capital, chegando aqui não consegui emprego em nenhum lugar, todos fecharam as portas, como iria sobreviver? O jeito foi a prostituição, minhas irmãs de pista que mostraram essa vida(..)”  
(Vivian Tcham, 2022)

O território da prostituição travesti pode ser visto assim, como constituído por repertórios corporais discursivos e interpretativos. São locais de fundamental importância no processo de construção do ser travesti. Estas performances não se estruturam apenas na reprodução e consolidação de papéis sociais pré-definidos, mas como na situação das travestis, na ressignificação e construção de novas formas de comportamento também das suas múltiplas formas de opressão e violências..

É, portanto, dentro da análise de gênero que a temática sexualidade é discutida na geografia, e nesses aspectos a construção das relações socioterritoriais, as formas de vida das mulheres prostitutas numa concepção de interseccionalidade, termo esse batizado por Kimberlé Williams Crenshaw(1991) que nos chama atenção as “identidades multiplicativas”, ou o estudo das interações nas vidas das minorias entre diversas estruturas do poder. Trata-se da consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação, ou seja, das interseções entre múltiplas opressões.

Diante disto, a autora define interseccionalidade como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora alerta também que tais experiências são suplantadas nos discursos sobre direitos. Assim, propõe que as instituições se envolvam nos esforços de investigação das implicações acerca de gênero, racismo, xenofobia e outras formas de intolerância que contribuem para uma combinação de abuso de direitos humanos e exclusão dos mesmos dentro da sociedade.

Conforme aponta Silva e Silva (2014) , o conceito da interseccionalidade surge em confluência com o discurso do feminismo negro (principalmente) da década de 80, uma vez que as mulheres negras em suas características identitárias vivenciam o espaço político, social ou econômico de forma diferente das mulheres brancas.

A denúncia deste movimento é que a mulher negra encontra-se em última instância social, desfavorecida pela condição de gênero, raça, e fator sócio econômico de um pós escravismo. Assim, o discurso do feminismo até meados da década de 70, estruturava suas críticas e reivindicações com base numa estrutura familiar e social patriarcal branca, que não representava as necessidades e reivindicações das mulheres negras.

Pautando-se nessa corrente me deleito nas obras de Doreen Massey, Janice Monk e Susan Hanson entre outras que construíram uma vasta produção literária, surgindo assim a proposta da interseccionalidade que parte das categorias identitárias para explicar a compreensão sobre as estruturas de poder e eixos de opressão da sociedade.

É nesse sentido, que a interseccionalidade torna-se um conceito contribuinte nessa dissertação. Numa perspectiva geográfica, ela nos auxilia na compreensão de como os marcadores sociais contribuem para construção das relações socioespaciais e socioterritoriais das mulheres trans prostitutas, em Macapá. Pois, os territórios enquanto forma de apropriação social do espaço, não podem ser constituídos e portanto, analisados fora das marcas sociais que os estruturam. A experiência espacial das travestis desenvolve-se marcada por interdições e práticas de apropriação de determinados espaços do urbano por um período de tempo. É nesses espaços apropriados que elas conseguem impor condutas consensuadas no grupo e desta forma, instituem os territórios da prostituição travesti. É apenas na prática da prostituição que elas conseguem um tipo de organização grupal capaz de ser reconhecida e identificada socialmente. Embora haja organizações não governamentais em que a participação das travestis ocorre, a visibilidade do grupo é constituída pelos espaços apropriados pela atividade da prostituição.

**CAPÍTULO IV**

**QUADRO DE EXPOSIÇÃO METODOLÓGICA:  
EXPLORANDO OS TERRITÓRIOS.**

As dificuldades sobre manusear os procedimentos e técnicas para a Geografia ainda com um olhar de um psicólogo é um grande desafio para quem trabalha com o social devido à dinâmica e a velocidade de transformações que o territorial social sofre. Concomitante a isto, estudos recentes têm se preocupado com aspectos metodológicos e éticos de pesquisas que envolvem seres humanos, em especial, aqueles pertencentes a grupos minoritários e marginalizados, como é o caso deste estudo.

Para Chizzotti (2006), a pesquisa é uma teoria articulada que contém princípios, fundamentos lógicos e epistemológicos que sustentam a análise da realidade e que têm alcance e valor esclarecedor. Para o autor, este processo, designado de pesquisa, genericamente pode-se definir como um esforço durável de observações, análises e sínteses para descobrir possibilidades, transformando-se em produto histórico.

Diante dessas premissas, no decorrer da investigação, optamos pela abordagem qualitativa. Ramires e Pessoa (2009) ressaltam que esta abordagem é apropriada quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende, necessariamente, à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Argumenta Chizzotti, (2006), que para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Durante muito tempo, as pesquisas e as intervenções realizadas pela Geografia e Psicologia estiveram pautadas nos moldes iluministas e na tradição moderna de uma ciência positivista e racionalista, que buscou normatizar, quantificar e unanimizar as subjetividades. A dualidade metodológica, os critérios de objetividade e o pragmatismo científico direcionaram olhares a determinadas práticas e aos modos de existências de pessoas e grupos, ao mesmo tempo em que colaborou para o estabelecimento e a manutenção de uma perspectiva marginal nas ciências, respaldada no que Foucault (1996) denominou de Regimes de Verdade – conjunto de regras de produção que visam delimitar, legitimar e universalizar aspectos considerados verdadeiros na vida das pessoas a partir de normas e poderes instituídos socialmente.

Ainda hoje, encontramos fortes resquícios destas vertentes na atuação acadêmica e profissional da geografia e psicologia. Por isso, compartilhamos das ideias suscitadas por Romagnoli (2009), a respeito da urgente necessidade de a geografia se posicionar diferentemente às novas demandas históricas, culturais, sociais e políticas que atravessam

os processos de subjetivação humana, de forma a romper com os chamados especialistas de suas pesquisas acadêmicas e de seus campos de atuação mais tradicionais que, nos últimos anos, já não mais se sustentam nos cotidianos e nas realidades vivenciadas por diferentes pessoas e grupos sociais. Neste contexto, surgem os chamados contradiscursos, entendidos como formas de resistências a um dado poder estabelecido nas ciências, que visou, por muito tempo, a delegitimidade a cultura androcêntrica, heteronormativa, racista e classista em suas produções teóricas e metodológicas.

Em decorrência disso, propomos, a exemplo de Spivak (2010, p. 88): questionar a inquestionável mudez das mulheres tidas como subalternas. Para tanto, recorreremos à abordagem qualitativa de pesquisa e ferramentas da psicologia. A pesquisa qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009), se caracteriza pela não preocupação de uma representatividade numérica e pela não rigidez de um método específico e único de estudo. Ao contrário, ela visa o aprofundamento das discussões e problematizações a respeito da vida social, ao destacar que o desenvolvimento de uma pesquisa será sempre imprevisível. Para Minayo (1994a), desta forma estamos centrando-se no estudo das dinâmicas das relações sociais, nas discussões e nas análises dos fenômenos particulares e na valorização do processo enquanto etapa mais importante de uma pesquisa.

#### 4.1 Visitas iniciais e técnicas aplicadas

Os locais que hoje são os territórios das travestis foram escolhidos devido às suas características peculiares: pouca circulação de carros familiares nos horários em que as travestis estão trabalhando, vias com acentuada passagem de pessoas que cruzam a cidade, ou pela cidade, e área em sua maioria comercial. Os grupos totalizam, em dias de bom movimento, 37 pontos. Mesmo se constituindo como um pequeno grupo de forma solitária, a experiência espacial das travestis desenvolve-se marcadamente por interdições e práticas de apropriação de determinados espaços urbanos por um período de tempo. É nesses espaços apropriados que elas conseguem impor condutas consensuais no grupo e desta forma, instituem os territórios da prostituição travesti. É apenas na prática da prostituição que elas conseguem um tipo de organização grupal capaz de ser reconhecida e identificada socialmente. Embora haja organizações não governamentais em que a participação das travestis ocorre, a visibilidade do grupo é constituída pelos espaços apropriados pela atividade da prostituição.

Na exploração de nosso campo, detectamos tanto um espaço de interdição - relacionado a frases como "As travestis não têm espaço para viver na cidade", e de acolhida visto nas frases como "Se aprende a ser travesti na rua." Do confronto entre estas duas perspectivas podemos evidenciar este paradoxo: é da interdição à existência das travestis na sociedade heteronormativa que elas resistem na atividade da prostituição provocando desejos, fantasias sexuais proibidas pela moral cristã ocidental, mas, mesmo assim, reais e concretamente vividas estrategicamente no escuro da noite e no silêncio cúmplice entre travestis e clientes.

#### 4.2 Entrevistando as meninas.

Investigar a prostituição desperta grande interesse, mas também, desconfianças. Estar e principalmente permanecer no campo, não é algo simples. Como alertado por Alcântara (2009) a presença de um estranho nestes territórios modifica a ele mesmo e as pessoas com as quais interage, seja de forma explícita ou implícita. Ao mesmo tempo em que observamos, a disposição dos sujeitos e a dinâmica do espaço, somos observados e percebidos como os de fora.

Boa parte da pesquisa se deu pelas observações noturnas, percorrer os territórios de carro também se colocou como estratégia pertinente. Nestas ocasiões, os locais previamente selecionados, foram percorridos de duas a três vezes por noite. Procuramos não utilizar com frequência o mesmo veículo com o intuito de não ficarmos marcados, assim como, ter a companhia de auxiliares.

Na preparação do trabalho de campo, consideramos que a forma de observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista, embora também com outras técnicas como análise documental. Para a sua utilização como procedimento científico, é preciso que estejam reunidos critérios, tais como o de responder a objetivos prévios, ser planejada de modo sistemático, sujeita a validação e verificação, precisão e controle.

A entrevista do tipo semiestruturada qualitativas e escuta psicológica<sup>5</sup> mostrou-se como opção metodológica pertinente, permitindo um direcionamento mais flexível e possibilitando maior autonomia aos participantes. De acordo com Minayo (1996) a

---

<sup>5</sup> A escuta clínica na prática psicológica não se caracteriza como uma escuta comum, mas como um ouvir diferenciado, pois quem escuta e quem fala se abrem à experiência alteritária e produzem novos significados que favorecem novos modos de sentir, pensar e agir (Dourado, Macêdo & Lima, 2016).

entrevista semiestruturada é um instrumento privilegiado para as Ciências Sociais, pois considera a fala como reveladora de condições estruturais, normas, símbolos e sistemas de valores e é capaz de transmitir representações grupais importantes. A autora destaca que há representatividade na fala de uma pessoa em particular, pois tanto o comportamento individual quanto o social obedecem a alguns modelos culturais que podem ser interiorizados por outras pessoas. Dessa forma, fica justificada a razão de esse modelo de pesquisa não requerer um número significativamente alto de participantes. Sá (1998) ao discorrer sobre a quantidade e a prática deste recurso para a coleta de dados, explica que um determinado número de entrevistas se torna aceitável quando chega ao seu ponto de saturação, ou seja, as informações começam a se tornar repetitivas.

Levando em consideração as especificidades do campo e dos objetivos deste estudo, procuramos direcionar as entrevistas (ANEXO 1) por meio de alguns tópicos de abordagem envolvendo a espacialidade e as relações socioterritoriais no cotidiano da prostituição de rua em Macapá-AP:

### **Parte I – QUESTÕES FECHADAS**

- Localização do território:
- Município de residência:
- Idade:
- Tempo de profissão:
- Tempo no ponto: \_\_\_\_\_
- Escolaridade: \_\_\_\_\_

### **Parte II – QUESTÕES ABERTAS**

- Entrada na prostituição – Quais são os motivos?
- Relações socioterritoriais no grupo - O que fazer para se estabelecer na atividade?
- Relações socioterritoriais com outros grupos (segmentos) de prostituição – Imposição ou consenso sobre onde ocupar?
- Relações socioterritoriais com clientes – O que é importante saber para evitar problemas e obter êxito?
- Relações socioterritoriais com moradores e comerciantes- Como evitar/amenizar conflitos?
- Relações socioterritoriais com policiais – Como lidar com este Poder?

As informações obtidas durante as observações em campo e entrevistas foram filtradas e tabuladas para, na medida do possível, permitir uma análise objetiva, de certos nuances, dos territórios da prostituição de rua no recorte espacial analisado. Pela ambiência de informalidade, as conversas não foram gravadas, o que fez com que os/as participantes se sentissem mais à vontade para relatar suas experiências e mencionar lugares, em especial hotéis de curta duração e bares. Entretanto, para cada uma delas, preparamos um caderno de anotações contendo formulários com um roteiro semiestruturado e alguns registros fotográficos. (Figura 04)

Figura 04: Registros fotográficos com algumas entrevistadas.



Fonte: Santos, Adymailson (2022)

As primeiras entrevistas ocorreram em setembro de 2022. Foram realizadas em calçadas, bancos de praças e bares e ocorreram de forma voluntária. Procuramos ser o menos invasivos possível usando as técnicas da entrevista psicológica<sup>6</sup>, instigando as colaboradoras sobre questões de ordem socioterritorial e suas vivências. Os questionamentos desta natureza não tiveram uma sequência rigorosa e por várias vezes, houve a necessidade de reformular as perguntas para tentar captar o máximo possível, para aquele contexto, de informações sobre a territorialidade do grupo e a possível existência de impasses e conflitos. As técnicas como análise comportamental e das falas foram super importantes para extrair as informações.

Além das entrevistas foi proposto a demarcação dos bairros de Macapá sobre o nível de segurança das mesmas, utilizamos o mapa da cidade impresso(ANEXO 2) e assim

<sup>6</sup> A entrevista psicológica é um processo bidirecional de interação, entre duas ou mais pessoas com o propósito previamente fixado no qual uma delas, o entrevistador, procura saber o que acontece com a outra, o entrevistado, procurando agir conforme esse conhecimento (WIENS apud NUNES, In: CUNHA, 1993).

as entrevistadas foram enumerando o nível de segurança por cada bairro, nos embasamos na técnica do mapa mental e assim elaborar uma cartografia queer. Abaixo a ( Figura 5)

Figura 05: Modelo de questionário sobre o mapa mental..

Localização do território: \_\_\_\_\_

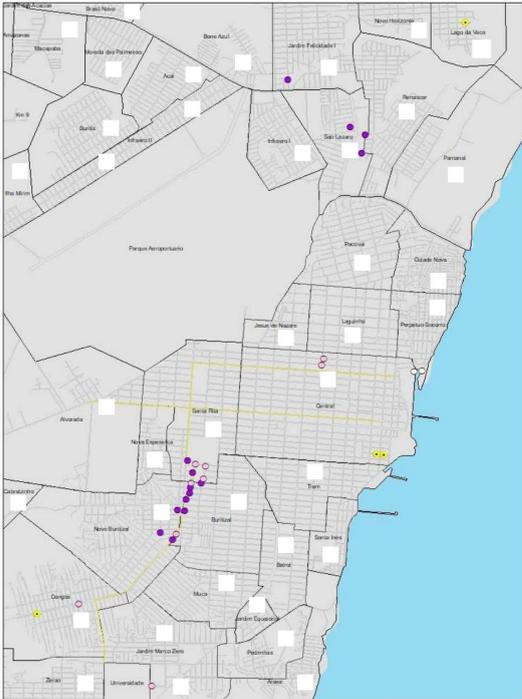
Entrevistada: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 seguro e 5 totalmente seguro. Qual seu grau de segurança e de total segurança nos bairros.

Seguro      Totalmente Seguro

0 1 2 3 4 5



É justamente partindo desta perspectiva que Rafael Leopoldo busca, em “Cartografia do pensamento Queer”, construir um mapa possível da Teoria Queer, aqui, sempre pensada no plural. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível e suscetível de receber modificações a todo momento. Além disso, ele pode ser revertido, rasgado, e adaptar-se a montagens de qualquer natureza (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22). Nas palavras do próprio autor, “não é só um guia para visitantes; faz parte, acima de tudo, do processo de constituição do território” (LEOPOLDO, 2020, p. 12).

## **CAPÍTULO V**

### **ANALISANDO OS CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES.**

5.1 “Oi meu psicólogo, como posso ajudar?": Conhecendo as trajetórias de vidas das entrevistadas.

“Mantenho uma boa relação [com as outras meninas], mas não é uma vida fácil, é uma selva de pedra. Aqui é onde o filho chora e a mãe não vê. Tu quer conhecer o mundo de verdade, vem parar na prostituição. Se tu não tiver o dinheiro do almoço do outro dia, tu tem que se virar sozinha, tem que dá seu jeito”

Viviane Tcham

Para a realização da análise das informações utilizamos o referencial da análise de conteúdo que, para Bardin (2009), apresenta-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que compõem um leque de dispositivos podendo constituir-se, enquanto conjunto, um instrumento de análise. Esta metodologia de análise está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações. (MORAES, 1999) Franco (2008, p.10) defende a utilização da análise de conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, “[...] no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento”.

Sobre o processo das entrevistas descrevemos a seguinte narrativa de nossa colaboradora Rayka Oliveira:

"Aqui a gente pode conversar tranquilo, mas se chegar um cliente eu vou pedir pra você se afastar, afinal não quero perder o dinheiro né mana, se não amanhã passo fome. Mas vai observando, qualquer coisa eu vou te falando os papos da pista."

Para Moraes (1999) a análise de conteúdo pode conduzir a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajudando a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

#### 5.1.1 Faixa etária.

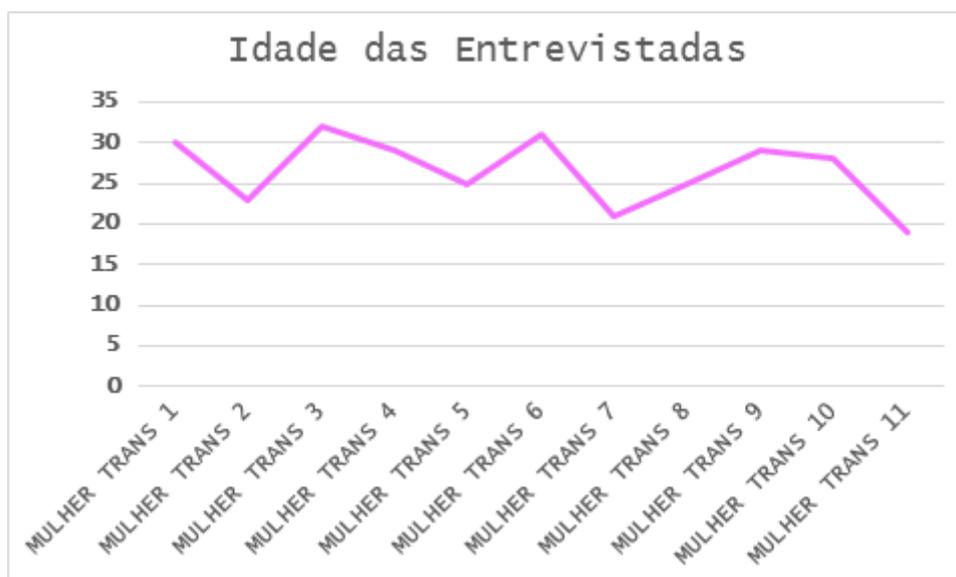
Abandono, solidão, negligência, esquecimento e exclusão são palavras associadas ao envelhecimento e parte da realidade de pessoas transsexuais e travestis. Assim como o simples ato de existir, o processo de ficar velho é influenciado por uma série de fatores como raça, gênero e sexualidade, que modificam a forma como cada pessoa vive a velhice,

tornando essa experiência mais difícil ou até inalcançável. Recorremos a fala de nossa colaboradora da Rayka Oliveira sobre a tática:

"Mana é muito complicado ficar uma bicha velha por vários motivos, um deles é que ninguém quer cuidar da gente, e por falta de acesso a várias coisas a gente nem chega a idade acima de 50 anos, Te falo isso com certeza, pois já vi várias amigas morrendo por questões de saúde ou assassinadas, é triste isso, muito triste."

Não há estimativa oficial referente à expectativa de vida de pessoas transexuais e travestis no Brasil. Contudo, dados coletados pela Rede Trans Brasil e pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), organização independente que realiza pesquisas sobre o perfil da população transexual, indicam expectativa de 35 anos, 41 a menos do que a média da população geral, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao perguntar sobre a faixa etária das entrevistas conseguimos construir o seguinte gráfico: (Gráfico 01)

Gráfico 01: Sobre a faixa etária das entrevistadas.



Fonte: Santos, Adymailson (2023)

Algo que analisamos sobre os discursos, foi que algumas começaram a se prostituir ainda na menor idade, demonstrando a fragilidade dos órgãos de fiscalização e acolhimento. Nos deparamos com inúmeras lacunas por falta de dados, essa tal falta configura como mais uma marca da violência. O Amapá continua sem conhecer a sua população trans e isso é muito grave. É preciso que o Estado invista em pesquisas, faça um

mapeamento e conheça estas pessoas, porque só assim teremos políticas afirmativas e eficazes para este público.

### 5.1.2 Cidades de origens das entrevistadas

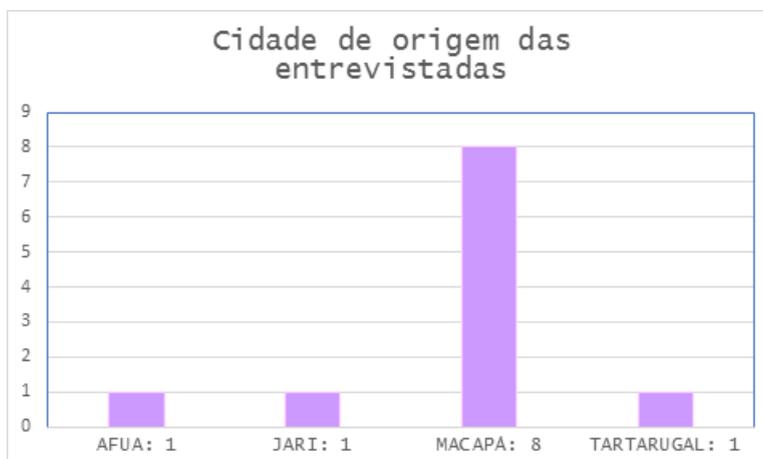
“Mana se aqui na capital já é complicado ser trans, imagina lá no município de Afuá-PA. Bicha eu apanhei muito por ser uma criança viada! Lembro do dia que me assumi, levei tanta porrada do meu pai, por isso fugi pra Macapá-AP, e aqui conheci minha madrinha que me ajudou a me tornar uma mulher gostosa.”

Viviane Tcham

Diante dos encontros e desencontros dos cotidianos das travestis entrevistadas, reflete como o contexto urbano Macapaense influi nos processos performativos e identitários das travestis, indagando-me sobre vinda delas para a capital Amapaense e sobre a constituição das territorialidades a partir dos fluxos e deslocamentos que elas almejam tendo por base os lugares citadinos.

Por diversos momentos durante a observação participante dialogou-se com as interlocutoras sobre travestilidades, localidades e contextos, isto é, sobre a vida delas em diversos espaços sócio-geográficos, desde “interiorzinho”, “cidades pequenas”, “cidades grandes”, “capitais”, “capitais no Sudeste”, até a “Europa”. Nesta escala Macapá se encaixa no que seria uma “cidade grande” para as interlocutoras. Embora as classificações demográficas a classifiquem como cidade de médio porte, isto é contextualizado quando os códigos urbanos Macapaenses edificam uma centralidade cidadina na região Amazônica. Sobre essas percepções as questionamos sobre suas cidade de origem gerando o gráfico abaixo: (Gráfico 02)

Gráfico 02: Sobre as cidades de origem/nascimento.



Fonte: Santos, Adymailson (2023)

Como o gráfico demonstra, algumas meninas são oriundas de cidades interioranas que ficam aos arredores de Macapá, capital do estado. Sobre essa afirmativa o depoimento abaixo, Mayara (pseudônimo), relatou que é natural da cidade de Laranjal do Jari-AP, que sua vinda para Macapá se deu pela procura de oportunidade de mudança de vida e também de acesso ao processo de transexualisação<sup>7</sup>. Para Mayara a realidade das travestis que vêm de outras cidades para Macapá, é com um único intuito "oportunidade", porém quando chegam à capital a realidade é outra.

Assim sendo, as situações, processos e mudanças vivenciadas pelas pessoas que fazem a cidade, nas suas estratégias de sobrevivência e seus modos de vida, são mais importantes do que compreendê-la em toda sua magnitude generalista. Essa busca por mudanças de suas realidades ainda continuam a sofrer inúmeros tipos de segregação e exclusão.

Um dado revelado por Jaqueline Brazil presidenta da Associação Atrevida apresentava que 70% das travestis em 2002 oriundas de outras cidades eram analfabetas no Rio Grande do Norte, apontando que no decorrer da formação escolar elas se afastaram devido o preconceito e as múltiplas violências vividas cotidianamente algo que compactua com os discursos das entrevistas em Macapá-AP. Mas isso não ocorre apenas nas escolas, mas em bares e restaurantes, nos espaços públicos de uma forma geral. Conforme o depoimento a seguir, podemos identificar esses problemas que estão postos cotidianamente:

Proíbem de entrar nos banheiros, tem lugares também que proíbem entrar nos espaços públicos como casas de shows, tem que pagar como senha masculina, algumas travestis conseguem reverter isso mandando officios, algumas casas começaram a me entender, falamos sobre a portaria, falamos sobre a questão das multas aí eles começaram a recuar, por que quando você não conhece a lei a pensam que —Travesti é tudo bagunça, mas quando percebem que as travestis estão reunidas, que existe uma associação que protegem o direito delas eles começa a recuar.

Mesmo mudando de cidade/comunidade/distrito a negação dos direitos no âmbito da cidade como podemos perceber é ampla e complexa envolvendo diversas expressões da

---

<sup>7</sup> E o processo da transição de gênero é iniciado com ou sem ajuda profissional, pelo uso de hormônios e modificações corpóreas que podem implicar em riscos à saúde e levar a sequelas com o passar dos anos, sendo importante o acompanhamento por profissionais qualificados.

questão social. As desigualdades de classe, gênero, raça-etnia são vivenciadas muitas vezes por parte da população e demonstrado nas falas das travestis de forma naturalizada.

Uma questão que se colocou no âmbito das negações de direitos, por parte de uma travesti foi o acesso à moradia que vem sendo negado a este segmento pelo fato de serem travestis.

### 5.1.3 Vivência escolar e vida profissional(perspectivas)

“Eu apanhei muito na escola, ninguém me aceitava, todos cometem violência contra a minha pessoa, desde os colegas até as professoras. Essas que falavam para a minha mãe que eu era uma gay espalhafatosa e rasgada. Não tive como suportar isso, preferi sair antes que eu fizesse uma besteira”

Mayara Ramos

Neste tópico elucidamos sobre o nível educacional das entrevistadas. Enquanto a identificação travesti está associada a prostituição, drogas, crimes e marginalidade, o termo transexual tem se consolidado por se relacionar a uma ideia higienizada e de maior *status* social (SOUZA JUNIOR, 2011).

Na compreensão de Junqueira (2012), há uma “rede de exclusão” na escola, na qual as diversas formas de opressão e processos de segregação são fortalecidas com a ausência de ações contra o estigma e o preconceito, de forma que transexuais e travestis precisam, muitas vezes sozinhas/os, encontrar forças para lidarem e permanecerem no espaço escolar. Nessa perspectiva, podemos citar a pesquisa realizada Andrade(2012), que identifica os elementos que interferem no cotidiano dessas/es estudantes na escola são:

1- Não reconhecimento do nome feminino da travesti no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar; 2- Impedimento de acesso ao banheiro feminino; 3- Projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades da travesti na escola; 4- Ausência no currículo escolar de livro didático de conhecimentos sobre diversidade sexual; 5- Falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere às travestis; 6- Desrespeito ao princípio laico do estado; 7- Regimento Escolar que simbolicamente pune as expressões culturais das travestis na escola; ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em um habitus heteronormativo; 8- Não aceitação ou criação de artifícios para o impedimento da participação das travestis na festa de formatura e em outras celebrações. (ANDRADE, 2012, p. 245).

Durante nossa pesquisa de campo perguntamos para as entrevistadas como eram suas vivências na escola, e algumas relataram inúmeros tipos de violências sofridas, como física e psicológica.

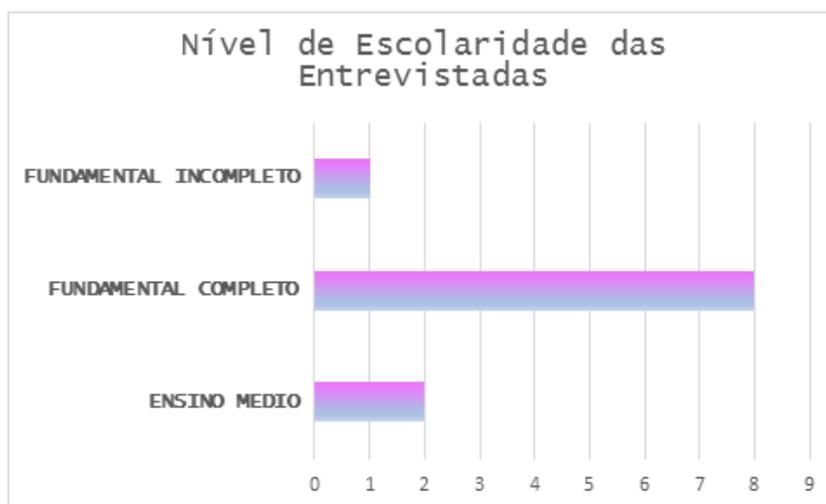
“Ady, eu apanhava todo dia, essas agressões eram horríveis,. Eu sinceramente queria ter continuado os meus estudos, talvez dessa forma eu não estivesse aqui na pista fazendo programa”

Mayara Ramos

Por essas múltiplas opressões algumas abandonaram as escolas por não ter um aparato técnico de acolhimento e proteção. (Gráfico 03)

Gráfico 03: Sobre o nível de escolaridade das entrevistadas.

Fonte:Santos, Adymailson (2023)



Frente às formas de opressão e segregação explicitadas nos dados obtidos na pesquisa, reconhecemos que, frente à permanência de estudantes transexuais e travestis, torna-se mais comum ocorrer a evasão escolar.

Concordamos com Bento (2011) ao pontuar que, quando a escola se apresenta como um espaço incapaz de acolher, a saída de estudantes transexuais e travestis não se relaciona apenas à evasão escolar. A expulsão escolar desses estudantes está associada à proibição e/ou desrespeito com o uso do nome social, ao impedimento de utilizar o banheiro de acordo com suas identidades de gênero, e ao preconceito tanto por parte das/os alunas/os quanto das/os profissionais de educação.

A Travesti Ketlyn (pseudônimo) foi aluna da rede pública de ensino. Tem dezenove anos de idade. Mora com uma amiga e trabalha na “prostituição”. Suas expectativas são claras em relação aos seus estudos e sobre a escola que temos. Ketlyn propõe soluções com certo conhecimento empírico sobre como se apresenta o cotidiano escolar para uma Travesti. Sua visão do que a “prostituição” pode vir a lhe oferecer a curto, médio e a longo prazo, não deixa dúvidas de que é ampla, coerente e por isso reconhece na escola um locus importante no processo de construção do projeto de formar-se médica na especialidade de cirurgia plástica.

5.2 “Não tem dados”: análise dos discursos sobre violências vividas e seus entrelaces com os órgãos públicos.

De acordo com levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), somente em 2020 foram assassinadas 175 pessoas trans, o que representa o segundo maior número de toda a série histórica, pouco abaixo dos 179 registrados em 2017.

Os dados constam no Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, que confirma o alto índice de violência apresentado pelo *Trans Murder Monitoring* (“Observatório de Assassinatos Trans”, em inglês), onde o Brasil ocupa o topo do ranking mundial de violência contra este público.

Parece necessário compreender, conforme Benevides e Nogueira (2019, p. 4), que grande parte da população Trans brasileira vive em condições precárias “[...] de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas”. O Dossiê apresentado pelas autoras mencionadas. Elas alegam que normalmente nesse dia muitas pessoas se voltam para a causa seja nas redes sociais, por mensagens ou relatos.

[...] relatos de quem vive um dia após o outro, sem a certeza do que virá a seguir. Nesta data comemoramos as lutas e histórias de resistência da população de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans que tem urgência de visibilidade, representatividade e ocupação de espaços que sempre foram negados historicamente a nossa população (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 3).

É preciso que essas informações, dados, notícias, pesquisas, tomem uma intensa e longa proporção e disseminação, principalmente no sentido de proteger, de informar, dar visibilidade, respeito, dignidade a essas vidas, reduzir os crimes, crimes de ódio e transfeminicídio,<sup>8</sup> transfobia no Brasil.

Sobre os dados locais inúmeros ofícios (ANEXO 3) foram enviados para os órgãos competentes no estado, apenas alguns foram respondidos, entres eles os da Polícia Civil do Estado do Amapá. E como resposta veio a inexistência de dados de violências, assassinatos e afins sobre as travestis prostitutas em Macapá-AP: Abaixo a ( Figura 6)

---

<sup>8</sup> “Como explica a socióloga Berenice Bento, o transfeminicídio é classificado como o assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais, sendo caracterizado como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans, motivada pelo ódio, abjeção e nojo” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 7).





Fonte:Revista Cenarium(2021)

Existe uma violação de direitos humanos totalitária, com a negação do acesso ou permanência de pessoas trans e travestis nos espaços e o não reconhecimento das identidades de gênero. Um dos motivos que parecem intensificar o preconceito e a violência é a desinformação da população em relação aos assassinatos de pessoas trans e travestis e outros dados. Sobre esse tema nossa colabora Mayara Ramos fala sobre um episódio que ocorreu com a mesma:

"Quando eu fui espancada por alguns rapazes no centro de Macapá, minhas amigas me levaram na delegacia e chegando lá o policial não fez a minha questão de me ouvir ou de saber de fato o que tinha ocorrido, ele apenas pediu meu RG e nem se quer olhou na minha cara, o detalhe desse dia é que ele sempre me chamava pelo pronome masculino"

Essa desinformação invisibiliza a vida e a vivência das pessoas trans, além de proporcionar também muita informação equivocada a respeito das subjetividades das pessoas – sexo, gênero e sexualidade – e das suas identidades, bem como realidades.

Expor a realidade a respeito da omissão dos poderes públicos, das instituições e da sociedade, da indiferença e desse preconceito estrutural que as instituições e a sociedade vêm sendo cúmplices das violências que ocorrem contra as mulheres trans e travestis no Brasil. Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, da Antra, assim como é o IBTE - Instituto

Trans de Educação, realizaram um dossiê que é apresentado anualmente, sendo os únicos levantamentos de dados sobre a população trans e travesti no Brasil.

### 5.3 A produção da violência em cartografias discursivas e mapas mentais

“É de conhecimento geral de que pessoas trans em sua maioria tem dificuldade de encontrar empregos formais, normalmente buscando sustento abrindo o seu próprio negócio, seja como profissional do sexo ou montando o seu salão de beleza, mas o que eu posso afirmar que tudo isso são sonhos, pois a cidade é violenta.”

Stefannie Costa

Neste tópico, abordamos outro método cartográfico, o mapeamento mental. A metodologia que empreendemos para buscar esse tipo de representação espacial resultou em dois produtos: mapas mentais gráficos e mapas mentais discursivos. Os primeiros, resultados de desenhos feitos sem consulta, apenas com o repertório espacial, que cada indivíduo tem em mente; os segundos constituem-se de um discurso sobre as percepções que as pessoas entrevistadas têm acerca do espaço geográfico. O objetivo aqui foi apreender a percepção da violência aos corpos dissidentes das travestis.

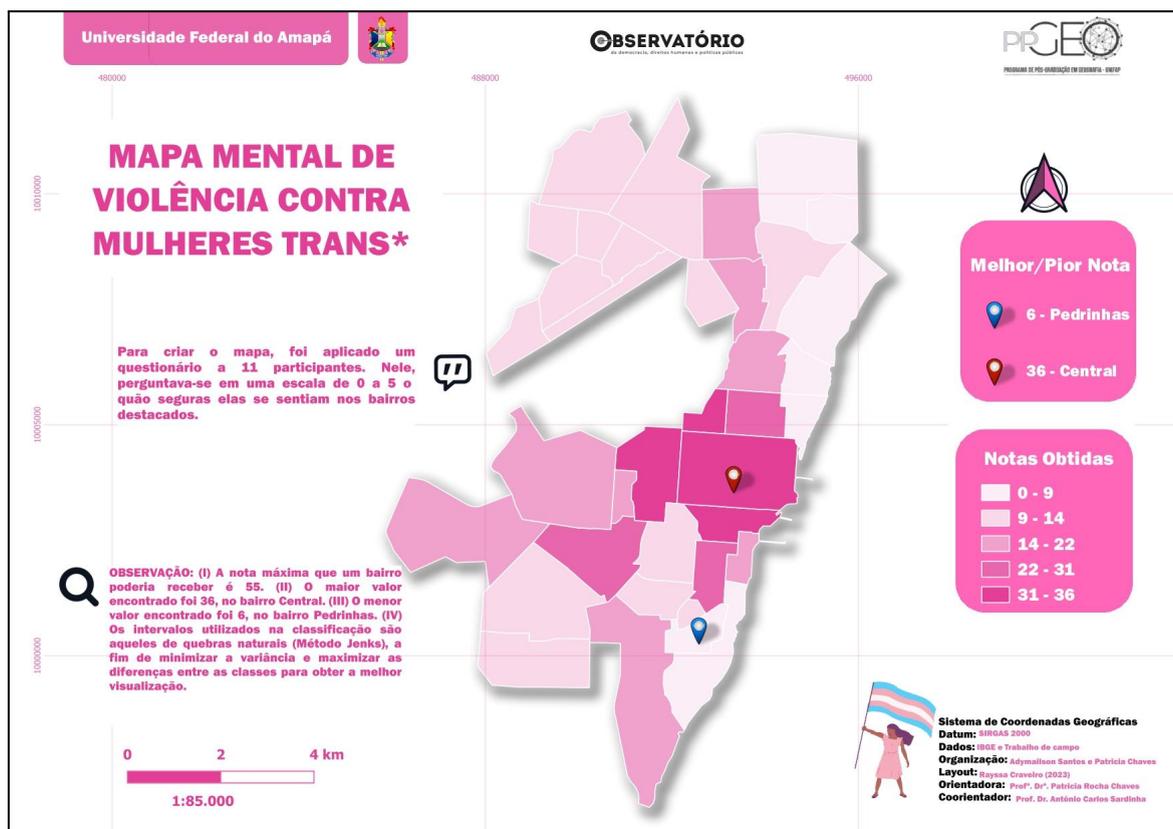
“A gente observa que a violência aumentou como um todo, pois não houveram ações de segurança pública pensando na prevenção. A violência é constante com as meninas, são os olhares, as falas, as negações nos espaços. Você já imaginou que as bichas não podem ir nem nas unidades de saúde.”

Stefannie Costa

Manuel G. Cortés (2008, p. 10, tradução nossa), no texto *Cartografias disidentes*, afirma que todo mundo tem uma imagem da cidade que é uma espécie de mapa, e é na cidade desse mapa que cada um vive, “não na construção física específica que organiza os espaços e edifícios”. Partindo de Walter Benjamin, ele complementa: “o que é realmente importante é criar um mapa da cidade que esteja baseado nas experiências e nas lembranças, mais do que na localização de suas ruas ou praças”. Desse modo, o espaço da cidade é também um espaço psicológico, sensorial e afetivo.

Partindo nessa perspectiva buscamos elaborar o método das mulheres trans prostitutas colocarem em um mapa impresso os lugares que elas se sentem mais seguras e os lugares que se sentem menos seguras dentro do espaço urbano de Macapá-AP. Houve nesta etapa um grande desafio, pois algumas meninas não estavam em seu período de trabalho, desta maneira o preenchimento foi feito conforme a disponibilidade das mesmas, levando até 02(duas) visitas do entrevistador. Os resultados obtidos geraram os seguintes dados: (Mapa 02)

MAPA 02 – Principais pontos de violência e segurança das mulheres trans\* em Macapá-AP

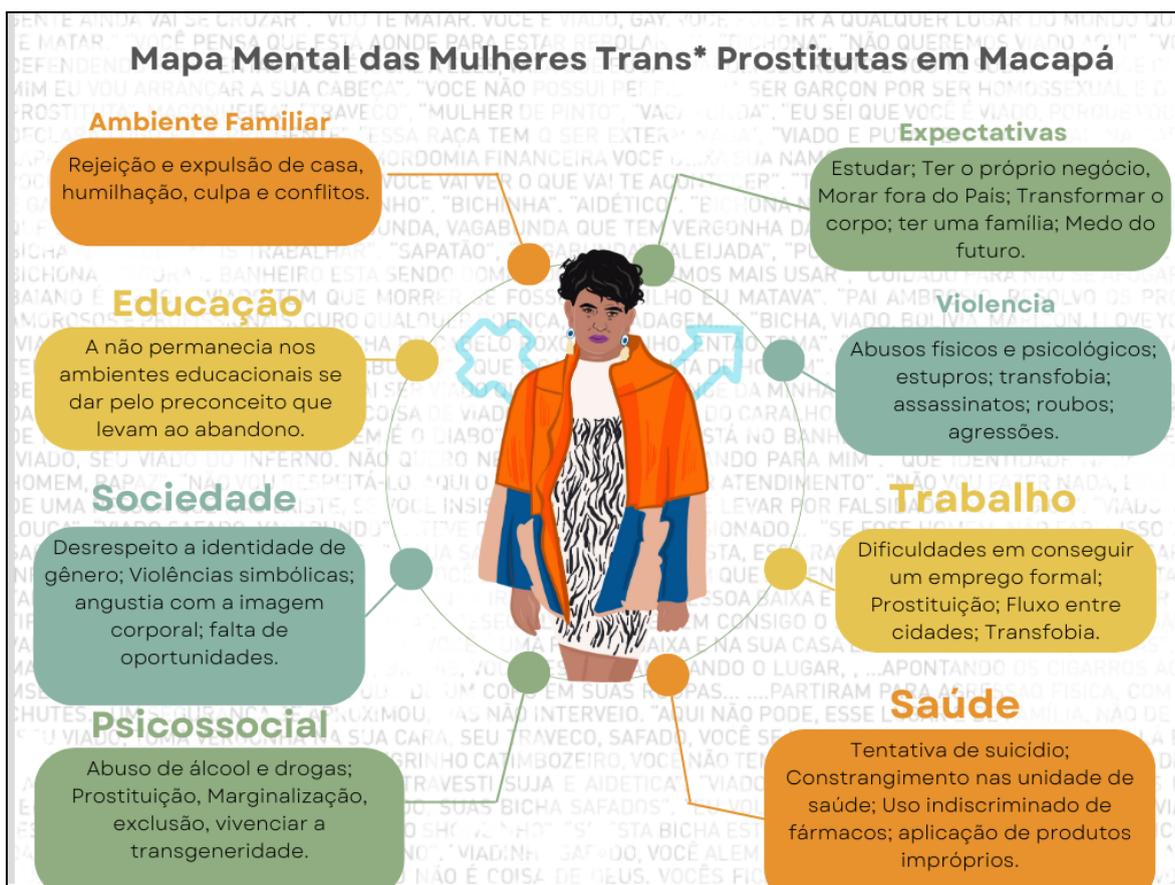


Segundos as análises dos discursos e dados obtidos nas entrevistas observamos que alguns bairros são mais violentos que outros na cidade de Macapá-AP segundo as percepções das mulheres prostitutas trans\*, ainda sobre as análises desses territórios de maior violência é que os agentes propagadores de atos contra a honra e integridade dessas mulheres são: “Traficantes, Moradores em situação de rua, Homens que ali transitam de forma passageira e pessoas oriundas de outros bairros”.

Destaco aqui que elaborar um registro dessa cidade, desse espaço geográfico, que cada um tem e vive, é uma forma de impedir que sua memória e sua existência não sejam invisibilizadas, nem esquecidas (CORTÉS, 2008). Como colocam alguns autores, acima discutidos, a Cartografia hegemônica é uma Cartografia da exclusão. Mei-Po Kwan (2007) vai além e diz, no artigo *Affecting geospatial technologies: toward a feminist politics of emotion*, que falta afeto nos mapas. Afeto no sentido de emoções humanas, de humanidade no mapa. Esta autora trabalha especialmente com tecnologias geoespaciais e abordagens feministas. A crítica que ela faz convém ser colocada aqui, não no sentido de negar as tecnologias geoespaciais, mas para apontar as suas deficiências metodológicas, que expressa também a deficiência epistemológica na relação Geografia – Cartografia.

Criar um mapa mental sobre as vivências dessas mulheres se demonstra como uma grande importância para demonstrar as múltiplas violências que elas sofrem, tal mapa é um diagrama criado pelo inglês Tony Buzan. Os mapas mentais são voltados para a gestão de informações e de conhecimentos. São representações livres de pensamentos que se dividem a partir de um conceito central, para compreensões e soluções de problemas. Analisando os discursos obtidos nas entrevistas construímos a imagem abaixo: ( Figura 8)

Figura 08: Mapa Mental sobre as violências vividas pelas mulheres trans\*.



Fonte: Santos, Adymailson (2023)

Kwan (2007, p. 24, tradução nossa) identifica uma “omissão do corpo” nas práticas das tecnologias de representação do espaço (softwares de mapeamento, GPS, sensoriamento remoto etc.). Para ela, isso é algo que ocorre em dois sentidos: primeiro, não há espaço para a expressão das “subjetividades, emoções, sentimentos, paixões, valores e éticas do praticante”; segundo, há uma descorporificação nos mapas, na medida em que “os corpos são frequentemente tratados como simples coisas, como pontos em mapas, ou mesmo como se não existissem”. Como já foi dito, essa forma de desumanização é

resultado de uma ciência positivista, masculina, estritamente racional e objetiva, que exclui a subjetividade e que marginaliza a emoção. É uma questão de gênero também.

Recuperando a ideia de cidade como uma colagem de lembranças ou experiências contínuas e fragmentadas (CORTÉS, 2008), é nesse sentido que o mapeamento do que não pode ser apreendido matematicamente tem o potencial de revelar questões até então desconhecidas ou pouco exploradas no estudo sobre o espaço geográfico. Não se trata da representação das emoções e afetividades em si ou de estados mentais completamente interiorizados, mas da mediação e da articulação espacial (BONDI; DAVIDSON; SMITH, 2005). Em outras palavras, é um retorno à busca pela materialidade do afeto e da subjetividade, extremamente importantes para a Geografia, algo que precisamos pontuar quando se há estudos sobre tais sujeitas, como são as mulheres trans\* de Macapá-AP.

5.3 “Não meu amor! aqui não é bruna sufistinha, tenho que matar um leão a cada dia para sobreviver”: a mercantilização dos corpos trans.

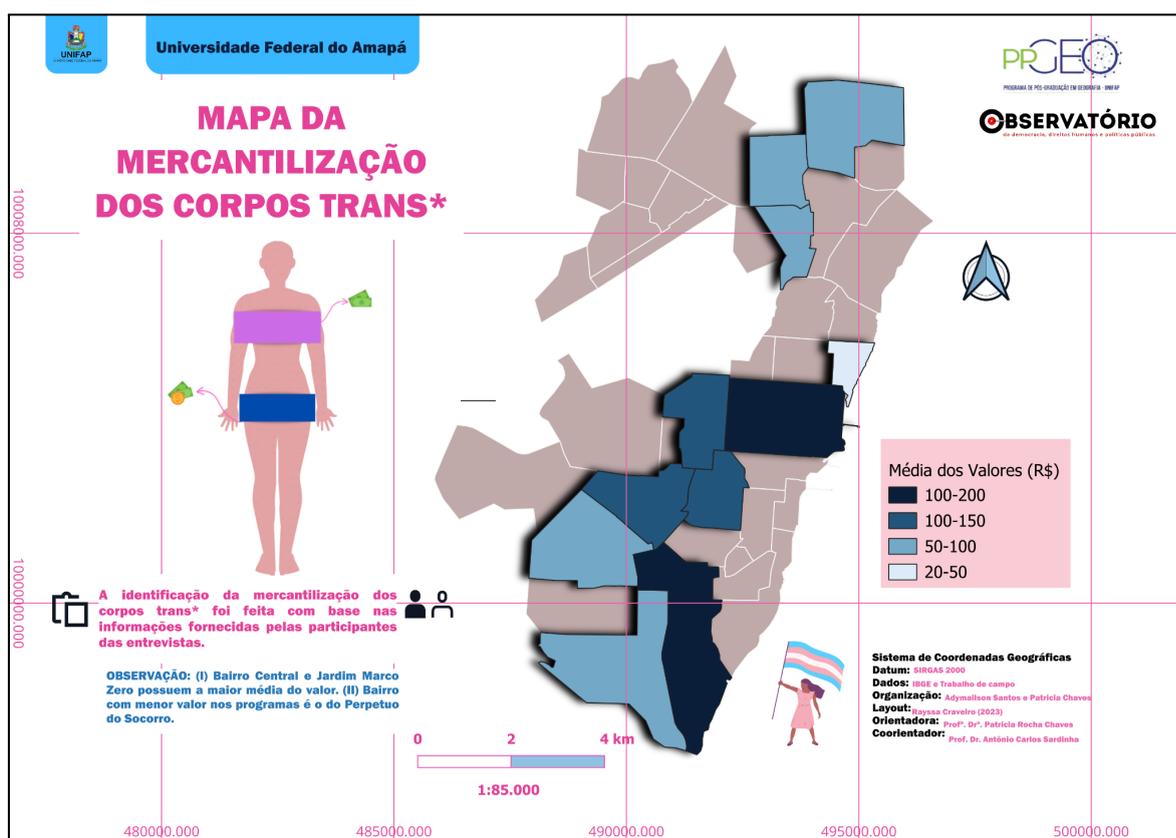
O argumento central desse tópico é de que a mercantilização do sexo, fortemente atrelada a projetos colonizadores, capitalistas e antieróticos, é associada a percepções supremacistas, utilitaristas e exotificantes de corpos humanos. A partir de reflexões originadas em uma precária e incipiente construção do erótico em vivência de mulheres trans, mercantilização do sexo, e possibilidades de resistência a este processo social, em diversas formas e graus, desumanizante.

Reflexões críticas acerca de representações midiáticas de pessoas trans poderiam exemplificar algumas destas formas de inferiorização e exotificação: vidas trans habitam, de acordo com perspectivas dominantes representadas em diferentes meios, o campo do “curioso”, do “perverso”, do “abjeto”, do “transtornado”, do “desumano”. A partir destas e outras valorações sociais, pessoas trans estão mais expostas a exclusão e discriminações nos âmbitos econômico, legal, da saúde, e familiar. Devido à forte intensidade do gênero enquanto marcador de diferenças (tanto em sua dimensão “clássica” homem-mulher quanto na dimensão cis-trans), estas normatividades também terminam por influenciar significativamente as possibilidades afetivas e sexuais daquelas pessoas cujos gêneros sejam inconformes. As normatividades cisgêneras, ao promoverem discursos supremacistas sobre os corpos e sobre as performatividades de gênero esperadas para estes corpos,

posicionam as existências transem lugares complicados nos relacionamentos afetivos e sexuais. Estes posicionamentos são permeados, ainda, pela normatividade heterossexual.

Ao analisar o campo nos deparamos com valores dos serviços de prostituição bastante distinto de um bairro para o outro, e com esses dados geramos o seguinte mapa para elucidar de maneira mais clara tais resultados. (Mapa 03)

MAPA 03 – Mercantilização dos corpos.



Fonte: Santos, Adymailson (2023)

Tal diferenciação de corpos, inferiorizante e marginalizante, e parte de problemas experimentados por muitas mulheres trans, como baixa autoestima, insegurança pessoal, dependência de substâncias químicas, vontades de suicídio, entre outros. Pode potencialmente ser pensada como um aspecto da colonização dessas mulheres. Podemos refletir que assexualidades trans\* são colonizadas, nas formas pensadas por Qwo-Li Driskill:

Uma sexualidade colonizada é aquela em que internalizamos os valores sexuais da cultura dominante. Os invasores continuam a impor a ideia de que a sexualidade e gêneros não dicotômicos são um pecado, recriando a sexualidade

como algo ilícito, chocante, vergonhoso, e de movido de qualquer contexto espiritual positivo. Sexualidades e gêneros queer são degradadas, ignoradas, condenadas, e destruídas. (DRISKILL, 2004:54)

Neste sentido, é desde a posição colonizada de uma mulher trans, é percebida como branca ou de origem asiática, não heterossexual, que teve (e tem) acesso decente a recursos financeira, educacional e de saúde, e que está alinhada a certos padrões corporais cisgêneros, que se pretende analisar o processo de mercantilização do sexo. É um corpo desumanizado, em certos aspectos (e privilegiado, em muitos outros), que tenta apresentar visões precárias e incipientes sobre o erótico em si contra um mundo que enxerga pessoas trans através de lentes cisgênero, lentes que são influenciadas, indubitavelmente, por outras normatividades. Tais posicionamentos complexos e inferiorizados na economia sexual e afetiva podem, talvez, contribuir para um entendimentocrítico dos processos de mercantilização do sexo.

A mercantilização do sexo, assim, refere-se à transformação de corpos humanos em commodities sexuais precificadas a partir de normatividades sociais, e ao estabelecimento, nos sistemas econômicos capitalistas, de uma economia do sexo fundamentada na produção material ou discursiva de bens, serviços e discursos destinados a alterações, avaliações, precificações, regulações e intervenções sobre corpos e práticas sexuais humanas. Esta economia caracterizaria, de acordo com as complexas intersecções normativas, distintas inserções econômicas de pessoas e grupos sociais.

O que contempla o imaginário do senso comum é que se prostituir acaba limitando-se apenas às áreas marginalizadas, tais periféricas. CORRÊA (1995, p. 7) denomina zona periférica como “área em torno do núcleo central”, categorizando “área residencial caracterizada por residências populares e de baixa classe média”. Porém, constatou-se que a atividade da prostituição usufruiu território urbano como um todo.

Deste modo, como ensina Haesbaert (2002, p. 93), há uma “[...] complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar que o conceito de território na Geografia vem assumindo significados e tem possibilitado o estudo de outras abordagens, como a dos territórios informais inseridos na dinâmica da apropriação dos corpos trans sobre o espaço, como é o caso da prostituição de rua. Entretanto, investigar este fenômeno social não é tarefa fácil, seja pelos tabus e barreiras que a ele estão subjacentes, seja pela dificuldade de articular conceitos ou pela complexidade que as relações humanas revelam sobre esta prática.

Ao longo desta pesquisa, realizamos cartografias das experiências existenciais de mulheres ligadas às relações de sexo por dinheiro e das diferentes espacialidades/territorialidades psicossociais da prostituição – bares, casas e ruas da cidade de Macapá-AP. As leituras que trouxemos da Filosofia, Antropologia, psicologia nos fizeram ter um olhar mais ampliado sobre os conceitos de territórios e suas interlocuções políticas – territorialidades, desterritorializações e reterritorializações com a Geografia, foram bastante pertinentes no intenso diálogo que desenvolvemos entre os estudos sobre as sexualidades consideradas dissidentes e marginais.

Entendemos que a Geografia tem como compromisso refletir e procurar analisar e discutir as relações e processos sociais que permeiam o nosso cotidiano. Assim, a prostituição merece ser alvo de estudo, pois constitui um fenômeno territorial causador de embates sociais presente no contexto dos centros urbanos. Procuramos contribuir com o temário, lançando mão de alguns conceitos, em especial, o de espaço e território, tendo na abordagem dialética a interpretação do objeto de estudo sob a ótica das tensões e conflitos que o caracterizam. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi impossível não dialogar também com pressupostos que tratam do simbolismo e da vida cotidiana, em razão da multidimensionalidade (política, econômica e simbólica) que envolve e caracteriza a dinâmica dos territórios da prostituição em Macapá-AP.

Quanto às cartografias existenciais, procuramos mapeá-las sem revelar os nomes e nem as iniciais dos nomes das mulheres que participaram deste estudo, optando pelo uso de pseudônimos, estabelecidos a partir de uma lista contendo títulos e significados de pedras preciosas. Tudo isso colaborou para o resguardo das identidades das entrevistadas contra possíveis riscos – físicos, morais e psicológicos – que poderiam ocorrer durante a realização da pesquisa, além de ter atuado como importante instrumento político, uma forma de enriquecermos os discursos das participantes, mulheres cujas práticas culturais, históricas e sociais contribuíram para a abjeção de suas existências.

A prostituição das mulheres trans\* em Macapá-AP apresentou características próprias e se diferenciou de outras cidades do Brasil. Como área definida e delimitada por, e a partir de, relações de poder; um espaço apropriado por um grupo social e delimitado por uma fronteira que estabelecia e reforçava a oposição uns dos outros, um processo de inclusão e exclusão de objetos, indivíduos e ações. Entretanto, o olhar e posicionalidade sobre essas mulheres, com suas experiências espaciais, possibilitou o rearranjo do conceito do território na exploração do campo, na relação com as travestis envolvidas com a atividade da prostituição. O território permanece sendo constituído por relações de poder que hierarquizam pessoas. Um território que é instituído por relações de poder, mas que simultaneamente institui o poder das pessoas e as pessoas envolvidas com as relações de poder. Um território que proporciona a existência de pessoas com práticas sexuais não correspondentes à norma heterossexual. Um território feito por separação/ conexão entre eu e outro, entre centro/margem, em constante movimento. Território que é altamente transitório, assim como o corpo, o sexo, o gênero e o desejo.

Diante deste cenário, resgatando os ensinamentos de Massey, mais do que uma Geografia que se debruce nas diferenças, temos que pensar (e praticar) geografia(s) pautada(s) no esforço de compreensão da diversidade, pensada aqui em suas múltiplas dimensões espaciais e territoriais. Tomando de empréstimo a expressão literária do poeta Reinoldo Atem (1982) podemos dizer que a “Urbe urge” e, porque não, a geografia da prostituição também.

Para não concluir e incentivar ainda mais a discussão e reflexão no âmbito acadêmico ou fora dele não se limitando somente a uma área do saber, mas que todas possam olhar essas pessoas com outros olhos e que usem da ciência para ajudar o próximo, nos despedimos aqui com os ensinamentos das meninas trans, ainda se há muitas lutas, temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. Seja dentro ou fora da “luta”!

**CRONOGRAMA**

<b>Descrição das Atividades</b>	<b>2021.1</b>	<b>2021.2</b>	<b>2022.1</b>	<b>2022.2</b>	<b>2023.1</b>
Componentes curriculares obrigatórios e optativos	X	X	X	X	X
Exames de proficiência em língua estrangeira	X	X	X	X	X
Aprimoramento do projeto de pesquisa	X	X			
Levantamento bibliográfico	X				
Seleção das temáticas, produção dos roteiros e execução.	X	X			
Aplicação dos questionários e realização das entrevistas		X			
Análise e interpretação dos dados		X			
Redação final			X		
Revisão			X	X	
Apresentação e defesa pública				X	
Apresentação para a Comissão de Ética				X	X
Entrega do texto final				X	X

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Briena Padilha. **Narrativas cotidianas das profissionais do sexo: o trabalho nas casas noturnas**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, Irati, 2015.

BURBULHAN, Fernanda; GUIMARÃES, Roberto Mendes; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Dinheiro, afeto e sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes**. *Revista Psicologia em Estudo, Maringá*, v.17, n.4, p. 669-677, out./dez.2012.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Rio de Janeiro: Celta editora, 1997.

BUTLER, J. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York, London: Routledge, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 09.12.2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.377**, de 13 de set. 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm). Acesso em 11.12.2021.

CLAVAL, Paul. **"O papel do terreno na geografia"**. *Revista Confins* [Online], 17/2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8373>; DOI: 10.4000/confins.8373. Visto em 04.12.2020.

Convenção de Belém do Pará. (1994). **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, Visto em 03.09.2020, Disponível in: <http://www.campanapuntofinal.org/pdfs/belemp.pdf>.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CRUZ, V.C. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia**. Terra Livre

Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89 Jan-Jun/2006.

CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. **Espaços de Morte e Representações Sociais de Travestis na Cidade de Ponta Grossa –Paraná**. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 139-161, jan. / jul. 2013.

CORREA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Riode Janeiro. Bertrand Brasil, 1995. p. 77-115.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero 1991**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero**. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt)

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças; ABREU, Ana Monteiro de. 1968 na França - 2013 no Brasil: Acontecimentos-Resistências. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2018, p. 1100-1121. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000201100&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000201100&script=sci_abstract&tlng=pt)

CORTÉS, José Miguel G. **"Cartografias disidentes"**. In: CORTÉS, José Miguel G. (Org.). Cartografias disidentes. Madrid: SEACEX, 2008, p. 3-14

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.I. São Paulo: Ed.34, 1995.

DELEUZE; Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. (Trad. Eloisa Araújo Ribeiro). São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. v. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. e Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Tomo I: Migraciones. Ciudad de México: Palabra de Clío, 2017. 194p.l

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Trad. e Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Tomo I: Migraciones. Ciudad de México: Palabra de Clío, 2017. 194p.1

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. **Cartografias e devires: a construção do presente.** UFRGS, 2003.

GARCÍA, María Franco; MONTEIRO, Karoline dos Santos. **Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: Entraves e estratégias das camponesas quilombolas no espaço agrário do Paraíba.** In: A questão Agraria do século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Org: JÚNIOR, Marco Antônio Mitideiro; GARCÍA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa. Ed 1º - 520p. Outras Expressões. São Paulo, 2015.

GOLDIN, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Paidéia. Ribeirão Preto, vol. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GUIMARÃES, L. B.; SANTOS, T. J.; ALVES C. M. S. D. **Os Direitos da Mulher à Terra: A Promoção do Direito Constitucional e da Igualdade de Gênero No Campo. Seminário Gepráxis,** Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 5769-5785, maio, 2019.

LUIS, Bonino. **Micromachismos: La violencia invisible en la pareja.** Disponible en, 1996.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento Queer.** Salvador: Editora Devires, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições Decoloniais.** GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HELEIETH I.B. Saffioti. **Gênero E Patriarcado: A Necessidade Da Violência.** In: Marcadas a Ferro – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. UNICAMP, Cadernos PAGU, n.5, p.14, 1995. \_\_\_\_\_ . Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (Org.). Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. GEOgraphia. Niterói, Ano IX – v 9, n17, p. 20-46, 2007.

HARVEY, D. O espaço como palavra chave. 1973. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (org.) **David Harvey: a critical reader**. Tradução livre: Letícia Giannella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

KOZEL, Saete. **Um Panorama sobre as Geografias Marginais no Brasil**. In: HEIDRICH, Á. L.; COSTA, B. P. da;PIREZ, C. L. Z. (Org). *Maneiras de Ler Geografia e Cultura*. 1ª ed. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. 267 p.

KWAN, Mei-Po. **Affecting geospatial technologies: toward a feminist politics of emotion**. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, fe.v 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9272.2007.00588.x>. Acesso em: 20 jan. 2023. DOI: 10.1111/j.1467-9272.2007.00588.x

MATTOS, R. B. A dinâmica dos espaços da prostituição na cidade do Rio de Janeiro: 1840-140. In: RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R. S. (org.) **Território sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira 1ed. Rio de Janeiro - RJ: Gramma, 2011.

MATTOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. **Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro**. In: *Boletim Goiano de Geografia*, 15 (1): 57-79, Jan. Dez. 1995, vol. 1, nº 1, p. 59-76

MOREIRA, RUY. **Marxismo E Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias)** GEOgraphia - Ano. 6 - NQ II – 2004.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 43-67, 2014.

RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R. S. (org.) **Território sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira 1ed. Rio de Janeiro - RJ: Gramma, 2011. 45- 62.

NASCIMENTO E SILVA, M.G.S.; SILVA, J.M.(Orgs.) **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014. p.17-35

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira; PEREIRA, Ana Paula Camilo. **POR UMA FORMAÇÃO QUEER-GEOGRÁFICA: posicionamentos discentes do curso de Geografia da UEMS/CG**. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol.8, nº17, pp.188-213,jul.2022.

NASCIMENTO E NUNES, Camila Xavier. **Geografias do Corpo: Por uma Geografia da Diferença.** / Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre. RS.BR 2014. (245. f) il.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR.** 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR.

ORNAT, M, J. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil.** 2011. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

ORNAT, M. J. Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do sul do Brasil. In: SILVA, J.M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.) **Geografias malditas: corpos, sexualidade e espaços.** 1ed. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2013. 207-241.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR.** 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR.

ORNAT, M, J. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil.** 2011. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

ORNAT, Marcio José. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista.** Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2020.

ORNAT, M. J. Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do sul do Brasil. In: SILVA, J.M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.) **Geografias malditas: corpos, sexualidade e espaços.** 1ed. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2013. 207-241.

RIBEIRO, M.A; OLIVEIRA, R.S. A Prostituição Feminina fechada na cidade do Rio de Janeiro: Dinâmica e organização espacial. In: RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R.A. (org.). **Território sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Gramma. Rio de Janeiro, 2011.p. 63-74.

RIBEIRO, Manuela. **As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema.** In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE RODRIGUES, Marilena Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Revista Kátal, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 68-76, jan./jun.2009.

RODRIGUES, Renato Mori. **Prostituição e construção de carreira: um estudo sobre o trabalho de prostitutas no centro de Salvador. 2010.** 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Manuela. **As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema.** In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE RODRIGUES, Marilena Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Revista Kátal, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 68-76, jan./jun.2009.

RODRIGUES, Renato Mori. **Prostituição e construção de carreira: um estudo sobre o trabalho de prostitutas no centro de Salvador. 2010.** 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

PIRES, Tom Adamenas e. **Geograficidades: Necessidades, teorias e usos./** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019 (189 f).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática,1993.

SILVA, Susana Maria Veleda Da. **Geografia e Gênero / Geografia Feminista - o que é isto?.** Revista Boletim Gaúcho de Geografia, 23: 105 - 110, março, 1998. Versão onlinedisponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>

REIS, Maíra Lopes. **Estudos de gênero na geografia: Uma análise feminista da produção do espaço.** Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 38, P.XX-XX, jul./dez.de 2015 – Disponível in: <http://WWW.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia E Gênero: A Mulher Como Força De Trabalho No Campo.** Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista.** São Paulo, USP/FFLCH, s.d. (Tese de Livre-Docência), 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais: Os conceitos de Território e Territorialidade como orientações para uma pesquisa científica.** In: Territórios e Fronteiras (Re) Arranjos e Perspectivas.33-50. (Org) Nilson Cesar Fraga. Florianópolis: Insular, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** In: **Pensamento feminista conceitos fundamentais**, org. Heloisa Buarque de Hollanda. 2019 – Rio de Janeiro

SILVA, J. M. ; ORNAT, M. J. ; ROSSINI, Rosa Ester . **Geografia Feminista no Brasil nos anos 80: sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini.** 2017. (Programa de rádio

ou TV/Entrevista).

SILVA, Maria Silva. **Fazendo geografias: Pluriversalidades sobre gênero e sexualidades.** In: **Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades** / organizadora Joseli Maria Silva. Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial.** 2013.1 Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. In: **Athenea Digital**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Instituto de Saúde, Brasil, n.º8, p.27, 2005.

SILVA, F. M. B. da. Travestis e tensões acerca das fronteiras de gênero e sexo: prostituição na Lapae adjacências, territorialidades multifacetadas. In: **II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades: Interseccionalidade, gênero e sexualidades na análise espacial**, Porto Velho – Rondônia, 2014, Anais[...], 2014.

SILVA, J. M. (org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SILVA, Jean Carlos da. **O conceito de território na Geografia e a territorialidade da Prostituição.** In: RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael (orgs). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SILVA, Joseli. Maria. **Culturas e Territorialidades Urbanas.** Revista de História Regional, Ponta Grossa, vol. 5, no 2, p. 9 – 36, Inverno de 2000.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT; Márcio José. Sobre sexualidade e espaço: prostituição e território travesti'. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael (orgs). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento e SILVA, Joseli. Maria. **Interseccionalidades, Gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Toda palavra. 2014.

SOFAL, A. M. S. et al. Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: ser “t” e “estar prostituta. In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.º 2, p.375-396, jan./jun.2019.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. cap. 2, p. 80- 82.72

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**, 5. ed. São Paulo: Edusp. 2004.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Joseli. **Os desafios para a expansão da geografia das sexualidades no Brasil e os limites do diálogo científico internacional. In: Espaço, gênero e feminilidade ibero-americanas**. Ponta Grossa, Paraná: Toda Palavra, 2011. pg.

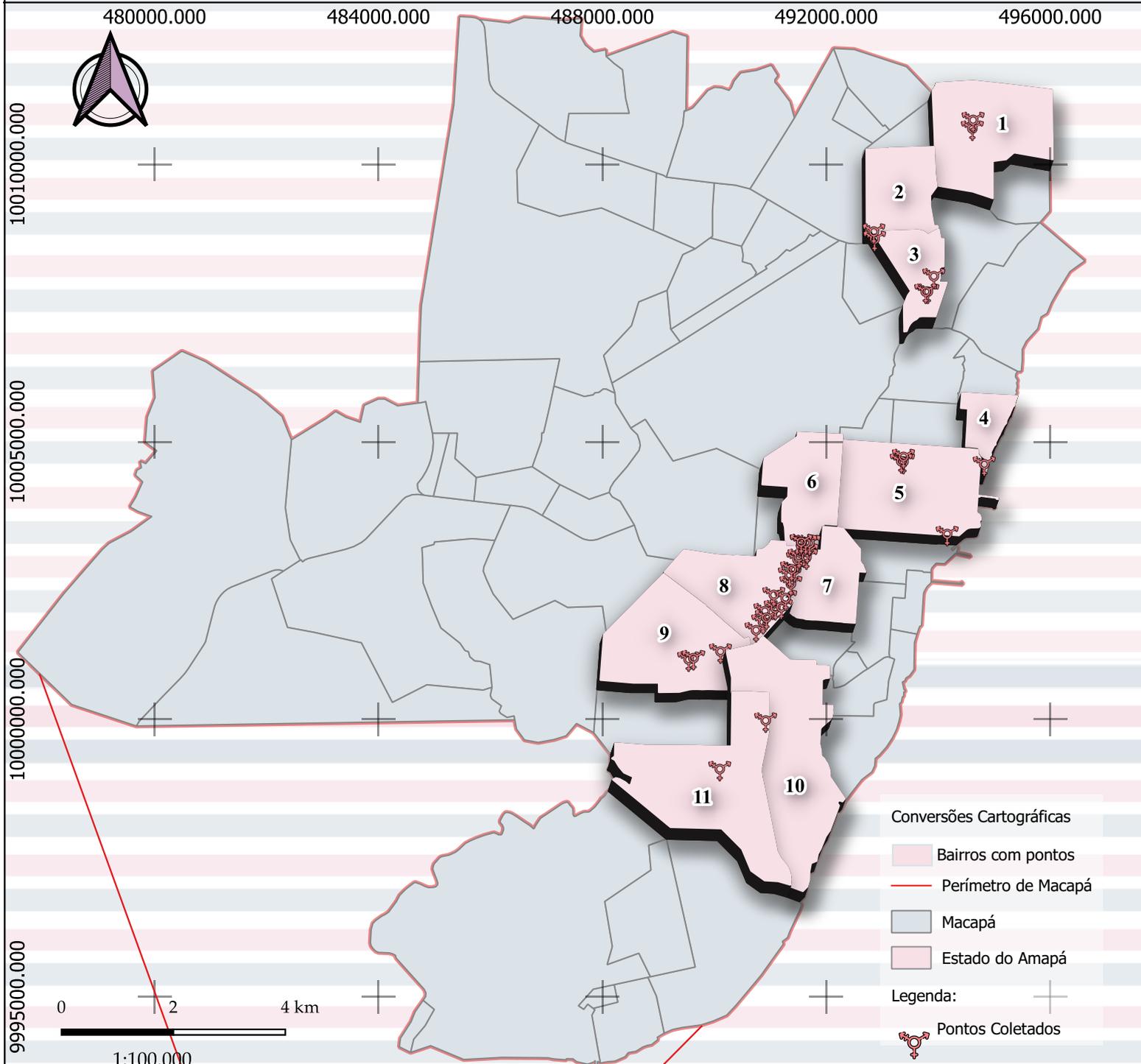
SILVA, Joseli; NASCIMENTO E SILVA, M.G.S. **Introduzindo as Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico**.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1988. STUBS, Roberta. **Devires de um corpo-experiência**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2019.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

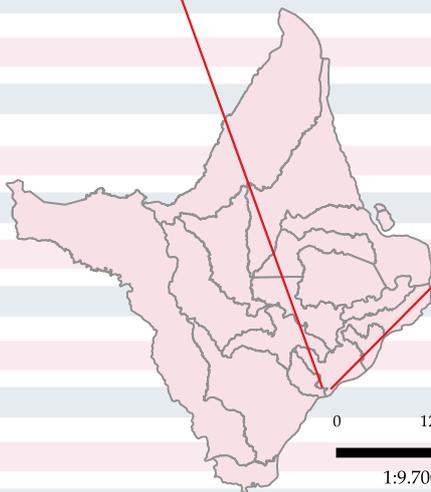
TUAN, Yi-fu. **Landscapes of fear**. Minneapolis, Estados Unidos: University of Minnesota Press, 1980a.

## **ANEXOS**



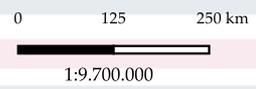
- Conversões Cartográficas**
- Bairros com pontos
  - Perímetro de Macapá
  - Macapá
  - Estado do Amapá
- Legenda:**
- Pontos Coletados

Bairros	Pontos
1-Novo Horizonte	2
2-Jardim Felicidade I	1
3-São Lázaro	5
4-Perpétuo Socorro	1
5-Central	4
6-Santa Rita	3
7-Buritizal	5
8-Novo Buritizal	11
9-Congós	3
10-Jardim Marco Zero	1
11-Universidade	1
<b>total</b>	<b>37</b>






Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Dados: IBGE e Amapá Terras  
 Organização: Adymailson Santos e Patricia Chaves  
 Layout: Rayssa Craveiro (2023)  
 Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patricia Rocha Chaves  
 Coorientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Sardinha







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ANEXO 1 - DIÁRIO DE CAMPO**

IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome do mestrando:</b> ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS
<b>Orientador:</b> Prof. Dr <sup>a</sup> . Patrícia Rocha Chaves
<b>Tema do estudo:</b> territorialidades e interseccionalidades de mulheres trans* prostitutas na cidade de macapá-ap.
<b>Grupo de Pesquisa ao qual está vinculado na UNIFAP</b>

**Localização do território:**

\_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Período do dia:** ( ) manhã ( ) tarde ( ) noite

**Grupo que ocupa (pode ser mais de um):** ( ) Prostitutas ( ) Michês ( ) Trans

**Intensidade de ocupação:** ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

**Tipo de observação:** ( ) fixa de baixo ( ) móvel de baixo - a pé ( ) móvel de baixo - de carro

**Foi possível o registro fotográfico?** ( ) sim ( ) não

**Houve realização de entrevistas?** ( ) sim ( ) não

Se “sim”, especificar

**Ocorrências relevantes para a pesquisa durante a observação:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome do mestrando:</b> ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS
<b>Orientador:</b> Prof. Dr <sup>a</sup> . Patrícia Rocha Chaves
<b>Tema do estudo:</b> territorialidades e interseccionalidades de mulheres trans* prostitutas na cidade de macapá-ap.
<b>Grupo de Pesquisa ao qual está vinculado na UNIFAP</b>

**Parte I – QUESTÕES FECHADAS**

- **Município de residência:** \_\_\_\_\_
- **Idade:** \_\_\_\_\_
- **Tempo de profissão:** \_\_\_\_\_
- **Tempo no ponto:** \_\_\_\_\_
- **Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**Parte II – QUESTÕES ABERTAS**

1. Entrada na prostituição – Quais são os motivos?
2. Relações socioterritoriais no grupo - O que fazer para se estabelecer na atividade?
3. Relações socioterritoriais com outros grupos (segmentos) de prostituição – Imposição ou consenso sobre onde ocupar?
4. Relações socioterritoriais com clientes – O que é importante saber para evitar problemas e obter êxito?
5. Relações socioterritoriais com moradores e comerciantes - Como evitar/amenizar conflitos?
6. Relações socioterritoriais com policiais – Como lidar com este Poder?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ANEXO 3 - SÍNTESE DE INFORMAÇÕES CAPTADAS NAS ENTREVISTAS**

**Prostituta Colaboradora 01.** Motivo principal de entrada: sustentar a família

1. Relações com o grupo:
2. Relações com o cliente:
3. Relação com outros grupos:
4. Relação com moradores e comerciantes:
5. Relação com a polícia:
6. Motivo principal de entrada:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ANEXO 4 - Roteiro de Entrevista**

**presidente do TransGrupo em Macapá-AP**

1. Qual a importância do Transgrupo Marcela Prado para os(as) profissionais do sexo? E como surgiu o CPATT?
2. Quais são as áreas principais que servem de territórios para a prostituição de rua no centro de Curitiba?
3. Como evitar embates ou agir em casos de interesses conflitantes com relação a ocupação da rua pelas profissionais do sexo? Existem conflitos atuais em algum espaço específico?
4. Quais são os principais motivos para o ingresso na prostituição?
5. O que fazer para conseguir se estabelecer na atividade?
6. Quais são os riscos, as dificuldades e as táticas inerentes a prática da prostituição de rua?
7. Imposição ou consenso sobre onde e como ocupar o espaço público?
8. Qual o seu posicionamento sobre a condição constitucional dos profissionais do sexo no Brasil?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA  
**ANEXO 5 - Roteiro de entrevista realizada com a Polícia Militar do Estado do**

**AMAPÁ/Guarda/Polícia de Macapá-AP**

1. Como a Polícia Militar/Guarda Municipal percebe o fenômeno da prostituição de rua no centro de macapa?
2. Quais são as áreas principais que servem de territórios para a prostituição de rua no centro de macapa?
3. Como agir em casos de interesses conflitantes entre profissionais do sexo, moradores e comerciantes? Existem conflitos atuais em algum ponto específico?
4. Existe diálogo entre a PM/GM e as Ongs/entidades de classe que representam as/os profissionais do sexo?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ANEXO 6 – Código de ética das travestis e transexuais profissionais do sexo de  
MACAPÁ**

Por Transgrupo Marcela

Cláusula 1. RESPEITE O AMBIENTE. Do mesmo modo como qualquer pessoa tem o direito de ir e vir livremente e exercer qualquer profissão sem ser molestado, assim também ninguém pode ter a calçada e jardins de seu ilê invadidos, sua tranqüilidade ameaçada por profissionais do sexo bafãozeras, que fazem suas necessidades fisiológicas na frente de residências. Nenar, desaquendar o chá, jogar camisinha usada, puxar a neca, sujar calçadas e jardins de ilês, prédios, cinemas e boates, gritar, fazer baderna em bairros residenciais é grave desrespeito à tranqüilidade pública, devendo ser rigorosamente evitado, além de ser uma conduta de mau gosto é uma contravenção penal chamada Perturbação da Tranqüilidade (art. 65 da Lei de Contravenções Penais, Pena – Prisão Simples, 15 dias a 02 meses ou multa) e Ato Obsceno (Art. 233 do Código Penal, Pena – Detenção de 03 meses a 1 ano, ou multa). Do mesmo modo como queremos respeito, assim também, devemos também dar respeito.

Cláusula 2. NÃO USE PAPAPUM. O uso de papapum é ilegal, dá cadeia e é crime inafiançável (art. 14 da Lei 10.826/2003, Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa). Infelizmente sabe-se que algumas travestis portam papapum ou outras armas de fogo. Também se sabe que muitas travestis são assassinadas com tiros, que é um crime grave e que precisa ser rigorosamente punido. Não leve pra rua gilete, estilete, faca etc.: se você for encontrada com estes objetos perfuro-cortantes, os alibãs podem acusá-la de estar armada, e a situação fica ainda mais complicada. Não agrida os clientes, as monas ou os transeuntes com obe, pedaços de pau, pedras, fivelas, cacos de vidro, tesoura, canivete etc. Isto é crime de lesão corporal ( Art. 129 do Código Penal – Lesão corporal, Pena - detenção, de três meses a um ano).

Cláusula 3 - USAR DROGA É CRIME. Muitas profissionais do sexo só conseguem “batalhar” estando “colocadas”. Uma dose de “otim” provoca alegria, desinibição, mas se ultrapassar os limites, a profissional do sexo “otinzada” ou drogada fica muito mais vulnerável, faz coisas que se estivesse sóbria não arriscaria fazer. Pior ainda quem consome taba, cocaína, craque e demais drogas ilícitas, pois esquece de praticar sexo seguro, pode ficar agressiva ou lesada demais e se meter em confusão. Nunca ultrapasse o seu limite quando estiver “colocada”. Não se deixe ser induzida pelo cliente a usar drogas. Traficar entorpecentes além de ser considerado um crime muito grave é um crime hediondo, onde a pessoa não pode responder o processo em liberdade. Não caia neste esparro! (Lei de Tóxicos, Art. 12 uso próprio de drogas entorpecentes Pena - Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa) (Lei de Tóxicos, Art. 16 tráfico de drogas entorpecentes, Pena - Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

Cláusula 4. AZUELAR CLIENTE É CRIME GRAVÍSSIMO. Muitas travestis foram espancadas, presas, assassinadas por engano, pagando inocentemente pelo azuelo de monas assaltantes. Azuelar a carteira, jóias, celular, relógios, talão de cheque, cartão de crédito, etc do cliente ou de motoristas nos cruzamentos das ruas, é crime gravíssimo, dá cadeia. Fazer a porta, dar peixinho no carro de desconhecidos, arrancar a chave do veículo, jogar pedra no vidro, quebrar o carro dos clientes é tão grave quanto o crime dos boyzinhos que jogam pedra, foguetes quanto com nena, com o chá, extintores e agridem travestis na rua. Lugar de trava azueladeira e na cadeia. Não adianta inventar desculpas... (Código Penal, Art 155 dispõe sobre o crime de furto, Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. ) (Código Penal Art. 157 dispõe sobre o crime de roubo, Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa).

Cláusula 5. ACERTAR ANTES TODOS OS DETALHES. Antes de consumir uma mercadoria a gente pergunta o preço. Antes de contratar um serviço, combinam-se todos os detalhes. Muita confusão pode ser evitada, se a profissional do sexo acertar todos os detalhes antes da aquedação: o que faz e o que não faz, o tempo disponível, o preço de cada serviço prestado. Acertado o preço, caso o cliente queira ir além do combinado, a melhor solução é dizer claramente: “isso está fora do combinado: custa tanto a mais!”. Se ele concordar em pagar o novo preço, ok; se não, limite-se ao que foi combinado. A melhor maneira de ganhar o cliente é com jeitinho. Acertando antes todos os detalhes, evita-se confusão.

Cláusula 6. EVITE BAFÃO COM AS MONAS. Em caso de haver pessoas que fazem máfia, extorquindo pedágio, cobrando multa das novatas no pedaço. Seja esperta, saiba chegar no espaço! Não seja inocente em pagar para compartilhar com outras profissionais do sexo o mesmo espaço, seja em rua, cinema ou boate. Se alguém quiser cobrar pedágio ou multa, tente conversar, se una às outras monas para acabar com essa exploração. Procure ser companheira e solidária com as outras monas pois a união faz a força! Denuncie qualquer tipo de violência e discriminação a autoridade competente. Evite bafão, fofoca, tirania, pois unidas somos mais fortes para enfrentar nossos verdadeiros inimigos.

Cláusula 7. ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR. Andar nua em lugares públicos ou praticar atos obscenos na rua, cinema ou boate é crime (Art. 233 do Código Penal dispõe sobre o crime de Ato Obsceno, Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa). Mostrar os apetis, o edí, puxar a neça, vai contra os chamados “bons costumes” (apesar de se tolerar cenas de nudez na televisão e no carnaval!). Muitas travestis dizem que os clientes querem ver a “mercadoria” antes de acertar o negócio, tudo isso é balela, as travas querem mostrar os apetis o edí para competir uma com as outras. O melhor lugar para aquedação é em motéis, pensões, hotéis ou “privê”. Não corra o risco de ir para terrenos baldios, ilês em ruína ou em construções, atrás de árvores, nos becos escuros, mesmo dentro do carro, pois assaltantes ou alibãs podem infernizar a vida das monas e de seus clientes.

Cláusula 8. ESCRAVIDÃO JÁ ERA! Não se submeta a tirania de machão, bofe, marido ou amante violento. Ter um companheiro pode trazer segurança, apoio emocional, sexo gostoso dentro de seu ilê. Mas não se sinta obrigada a entregar pra ninguém o “aquê” que custou tanto você ganhar. Não aceite ser humilhada, espancada, nem azuelada por ninguém. Muitas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

morreram assassinadas por seus amantes violentos. Mas também não humilhe ou discrimine seu parceiro, pois todos nós somos iguais.

Cláusula 9. SE AFASTE DOS MARGINAIS. Minha avó dizia: “diga-me com quem andas, que direi quem és!” Certíssimo. Ser travesti, fazer prostituição, não é crime. Crime é azuelar, matar, traficar droga, praticar agressão física, extorquir, explorar a prostituição alheia. Ladrões, assassinos e traficantes são criminosos perigosos, você pode ser a próxima vítima, e se tem amizade com esses indivíduos, algum dia seu nome vai chegar no ouvido dos alibãs e você estará em maus lençóis. Portanto, evite se marginalizar, pois estará evitando ser perseguida e presa, sendo inocente.

Cláusula 10. NÃO DESPREZE OS CLIENTES. Do mesmo modo como você não gosta de ser chamada de traveco, homem de saia, rapaz de peito, também os gays e seus clientes, não querem ser chamados de mariconas nem de tia velha. Este é um termo que humilha. Não use termos racistas para se referir aos negros, deficientes físicos, idosos, pois tais insultos podem ser punidos com a prisão. Racismo é crime inafiançável!

Cláusula 11. SEXO SEGURO. Ninguém gosta de comprar mercadoria estragada. Cada vez mais o mundo moderno exige especialização, limpeza, asseio. A boa profissional do sexo tem sempre em mãos, várias guantes disponíveis, gel lubrificante, lenço de papel para se limpar depois da transa. A Aids não brinca em serviço, e qualquer ato sexual com troca de esperma ou secreções sexuais, tem de ser protegido pelo guante. Pesquisas revelam que na maioria das vezes, é a mona quem toma a iniciativa e exige o uso do guante. Ótimo! Ponto a mais para as travestis e transexuais! Não caia na tentação de fazer aquecimento com risco mesmo se o cliente oferece pagar o dobro. Use guante também com seu marido ou no “vício”, pois a paixão não basta para evitar Aids e demais doenças sexualmente transmissíveis.

Cláusula 12. NÃO PROVOCAR OS ALIBÃNS. A Lei não permite aos alibãs humilhar, espancar ou prender as profissionais do sexo ou travestis simplesmente por estarem batalhando ou vestidas de forma sexy. Embora também a Lei não obrigue ninguém a andar com a carteira de identidade, é melhor estar sempre com algum documento para evitar confusão. Há muita travesti que gosta de enfrentar os alibãs. Evite provocar os alibãs utilizando termos baixos e racistas. Não se esqueça que nestes confrontos eles têm mais poder, seja pelo uso de armas, algemas, camburão, etc. Memorize e anote o nome dos alibãs violentos e o número das viaturas e horário que praticarem qualquer discriminação, homofobia ou transfobia. Se foi espancada, humilhada ou azuelada, vá o mais cedo possível à Delegacia Policial registrar Boletim de Ocorrência e ir ao Instituto Médico Legal para fazer exame de corpo de delito;

Cláusula 13. NÃO AQUENDAR ERÊS. Cada vez mais o Estatuto da Criança e Adolescente protege os menores de 18 anos, considerando “abuso sexual” “aquendar” rapazes até 17 anos. “Aquendar” menores de 18 anos é considerado crime grave e o adulto além de ser preso, corre o risco de ser linchado na delegacia ou cadeia. Travestis com menos de 18 anos na rua podem ser levados ao Conselho Tutelar. Explorar a prostituição de travestis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

adolescentes é crime grave. Portanto, cuidado com os “erês”. É covardia agredir travestis novinhas.

CONCLUSÃO: se você acha que o mundo se divide em dois tipos de pessoas, as espertas e as lesadas, e se considera “a rainha da cocada branca ou preta” da malandragem, saiba que está redondamente enganada, pois cada vez mais todo mundo está se cuidando, correndo atrás de seus direitos, exigindo respeito. As travestis, transexuais, michês, prostitutas, gays e lésbicas também estão cada vez mais organizados, exigindo cidadania plena como os demais cidadãos. Se queremos respeito, temos de dar respeito e respeitar todo mundo. Esse CÓDIGO DE ÉTICA pode parecer duro, mas o que aqui está descrito é a pura realidade, não adianta querer esconder o sol com a peneira e esconder o lixo debaixo do tapete. Ser educada e respeitar o código lhe dará condições para ser bem tratada onde quer que esteja. Procure discutir com suas colegas essas sugestões e adotar comportamentos que não comprometam nossa categoria, pois não é justo que as inocentes paguem pelas culpadas.



# FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CGC: 34.868.257/0001-81

Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá, Macapá - AP  
NÃO DEFINIDO

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins a que se fizerem necessários, que **ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS** é aluno(a) REGULAR vinculado(a) a esta universidade, sob o número **2021100093**, no programa de **GEOGRAFIA - MESTRADO ACADÊMICO - MESTRADO - Macapá**.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Fundação Universidade Federal do Amapá, em Macapá, 06 de Maio de 2023.

Código de verificação:  
**2b1a09cb9f**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://goo.gl/Gi97cd>, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

ATENÇÃO

ESTE DOCUMENTO NÃO É VÁLIDO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE VAGA EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. CASO SEJA NECESSÁRIO TAL DOCUMENTO, É NECESSÁRIO COMPARECER AO DAE.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



OFÍCIO Nº 005/2023

06 de maio de 2023

A Sua Excelência o(a) senhor(a) Delegado(a),

DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A MULHER (DCCM)  
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A PESSOA (DECIPE)  
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÕES DE ATOS INFRACIONAIS (DEIAI)

Assunto: Solicitação de informações

Eu, ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS, aluno regularmente matriculado(a) no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá - PPGeo/UNIFAP, orientando(a) do(a) Prof.(a) Dr.(a) PATRICIA CHAVES, venho, por meio deste, solicitar o para o embasamento na pesquisa intitulada **TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADES DE MULHERES TRANS\* PROSTITUTAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP**. Cujo um dos objetivos e demonstrar o índice de violência acometidas contra as mulheres prostitutas travestis e transgêneras na cidade de Macapá.

1. Venho perante Vossa Senhoria requerer informações relativas ao número de procedimentos envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos e outras forma de violência contra mulheres trans\*, contendo dados sobre:

1.1.A modalidade de violência praticada, com destaque para os casos de abuso e exploração sexual; assassinatos e agressões.

1.2. Se é feita a sistematização e o mapeamento dos casos relatados, devendo ser fornecidos os dados relativos aos anos de 2015 a 2023, caso disponíveis;



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



2. Tendo em vista a necessidade das informações referidas para o prosseguimento da pesquisa de mestrado e doutorado sobre a referida temática.
  
3. Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço.

Em anexo documentos comprobatórios sobre o vínculo e veracidade da pesquisa.

Cordialmente,



Documento assinado digitalmente  
ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS  
Data: 06/05/2023 18:20:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



# FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CGC: 34.868.257/0001-81

Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá, Macapá - AP  
NÃO DEFINIDO

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins a que se fizerem necessários, que **ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS** é aluno(a) REGULAR vinculado(a) a esta universidade, sob o número **2021100093**, no programa de **GEOGRAFIA - MESTRADO ACADÊMICO - MESTRADO - Macapá**.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Fundação Universidade Federal do Amapá, em Macapá, 06 de Maio de 2023.

Código de verificação:  
**2b1a09cb9f**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://goo.gl/Gi97cd>, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

ATENÇÃO

ESTE DOCUMENTO NÃO É VÁLIDO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE VAGA EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. CASO SEJA NECESSÁRIO TAL DOCUMENTO, É NECESSÁRIO COMPARECER AO DAE.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO AMAPÁ - DGPC  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL/GABINETE - DGPC/GAB

OFÍCIO Nº 350101.0076.2158.0468/2023 DGPC/GAB - DGPC

Macapá-AP, 25 de maio de 2023

Ao(À) Prezado (A) Senhor (A)  
ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS  
Programa De Pós Graduação/mestrado Em Geografia Da Universidade Federal Do Amapá  
- Ppgeo/unifap  
68900000 MACAPÁ/AP

**Assunto: RESPOSTA AO OFÍCIO Nº005/2023-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Prezado (A) Senhor (A) Programa De Pós Graduação/mestrado Em Geografia Da Universidade Federal Do Amapá - Ppgeo/unifap,

**REFERÊNCIA:**

**OFÍCIO Nº005/2023-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Com os cordiais cumprimentos e, em resposta ao documento de referência, sirvo-me do presente para informar que não foram encontrados BOs com as informações solicitadas relacionadas à violência contra mulheres trans prostitutas especificamente, no entanto foram extraídos boletins registrados como motivação LGBTFOBIA, fatos ocorridos na cidade de Macapá, conforme despacho exarado pela Chefe do Núcleo Setorial de Planejamento -NSP/DGPC e tabela, em anexo.

Atenciosamente,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO AMAPÁ - DGPC  
NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO - NSP

DESPACHO

Em 19 de maio de 2023

Documento Nº 350101.0068.2319.0575/2023

Interessado(s): GABINETE

**Assunto: RESPONDE SOLICITAÇÃO - 0575 /2023-PROTOCOLO /DGPC**

Senhor Delegado Geral,

Informamos que em pesquisa realizada através do Sistema Sinesp PPE não foram encontrados BOs com as informações solicitadas relacionadas à violência contra mulheres trans prostitutas especificamente. No entanto, foi possível extrair dados de boletins de registrados como motivação LGBTFOBIA, ocorridos na cidade de Macapá, os quais encontram-se na tabela em anexo.

KELLY TATHIANE TORK PANTOJA  
Chefe Da Unidade (NSP - NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO)  
(Assinado Eletronicamente)



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADES DE MULHERES TRANS\* PROSTITUTAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP.

**Pesquisador:** ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 63343022.3.0000.0003

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.719.415

**Apresentação do Projeto:**

Conforme primeiro parecer!

**Objetivo da Pesquisa:**

Conforme primeiro parecer!

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Conforme primeiro parecer!

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa importante e exequível

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Ajustou projeto de Pesquisa e Informações Básicas da Pesquisa(Plataforma Brasil).

Ajustou TCLE.

Ajustou Cronograma de coleta de dados.

**Recomendações:**

Recomenda-se aprovação pelo CEP-UNIFAP.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

PENDÊNCIAS ATENDIDAS:

PENDÊNCIA 1 - Ajustou a METODOLOGIA do Projeto de Pesquisa e das "Informações Básicas da

**Endereço:** Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero

**Bairro:** Bairro Universidade

**CEP:** 68.902-280

**UF:** AP

**Município:** MACAPA

**Telefone:** (96)4009-2805

**Fax:** (96)4009-2804

**E-mail:** cep@unifap.br

Continuação do Parecer: 5.719.415

Pesquisa" (Formulário a ser preenchido na Plataforma Brasil). Informar que pesquisará em consonância com as resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016. Descreveu a metodologia de trabalho de campo a ser aplicado junto às mulheres trans\* prostitutas: quantas mulheres serão abordadas para entrevistas em grupo focal; informou que aplicará TCLE; que fará coleta de imagens fotográficas dos pontos de prostituição em Macapá. Informou Riscos e os procedimentos para saná-los. Informou benefícios sociais para as mulheres trans\* prostitutas.

PENDÊNCIA 2 - Ajustou TCLE. Inseriu que realizará Grupo Focal com base em entrevistas semiestruturadas, que reunirá mulheres trans\* prostitutas em uma roda de conversa. Colocou benefícios da pesquisa; informou que será utilizado diário de bordo para anotações e câmera fotográfica para registro fotográfico dos pontos de prostituição, sem imagens das mulheres trans\* prostitutas.

PENDÊNCIA 3 - Ajustou o CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO após data de aprovação do projeto pelo CEP.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1987729.pdf	21/10/2022 10:58:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Texto_ady.docx	21/10/2022 10:58:04	ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS	Aceito
Brochura Pesquisa	ADYMAILSON_PROJETO.docx	21/10/2022 10:54:06	ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS	Aceito
Outros	QUESTIONARIOAPLICADO.docx	21/10/2022 10:48:35	ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ADYMAILSON.doc	21/10/2022 10:47:48	ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	10/09/2022 10:55:12	ADYMAILSON NASCIMENTO SANTOS	Aceito

**Endereço:** Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero

**Bairro:** Bairro Universidade

**CEP:** 68.902-280

**UF:** AP

**Município:** MACAPA

**Telefone:** (96)4009-2805

**Fax:** (96)4009-2804

**E-mail:** cep@unifap.br

Continuação do Parecer: 5.719.415

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MACAPA, 24 de Outubro de 2022

---

**Assinado por:**  
**Cecilia Maria Chaves Brito Bastos**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero

**Bairro:** Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280

**UF:** AP **Município:** MACAPA

**Telefone:** (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

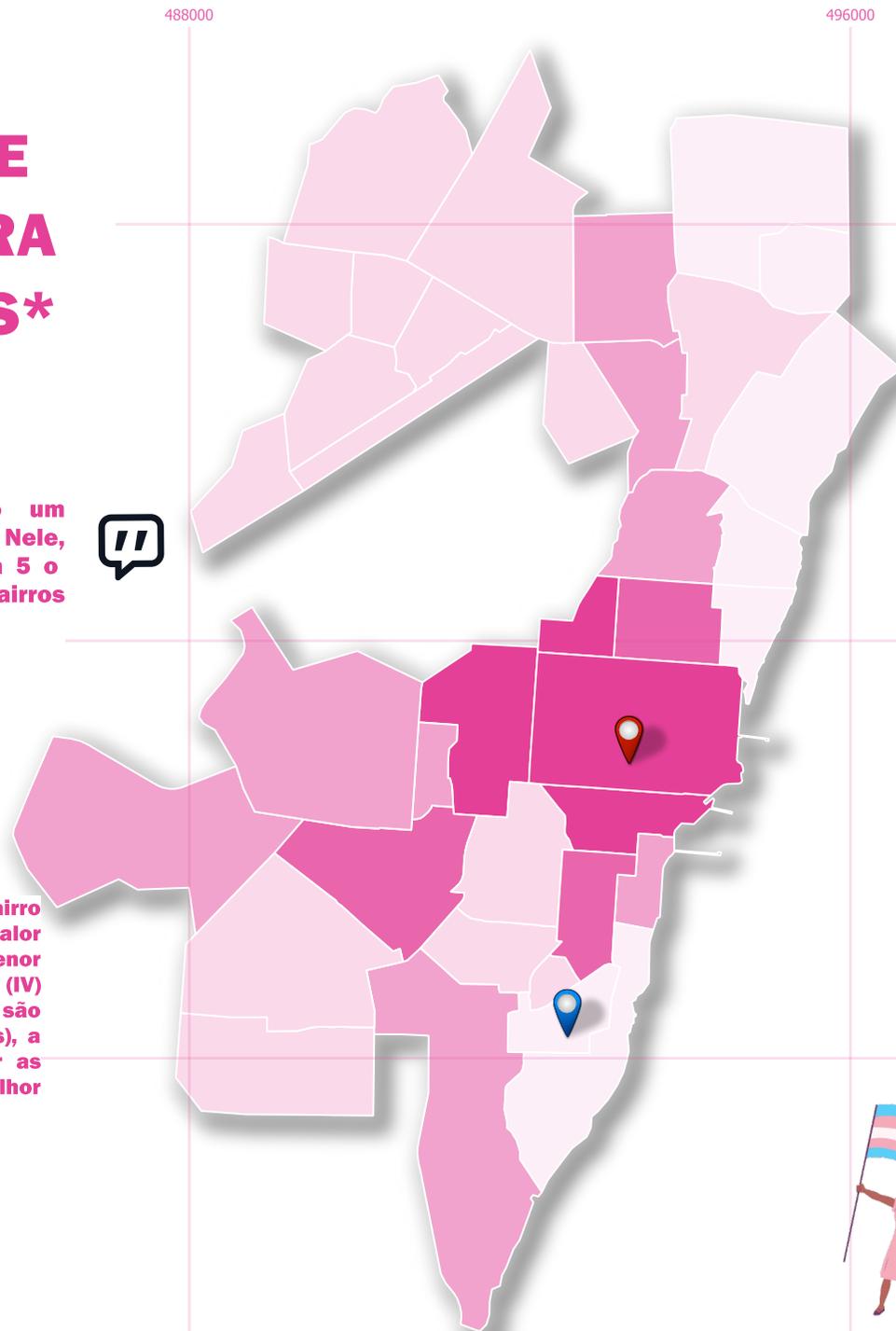


# MAPA MENTAL DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES TRANS\*

Para criar o mapa, foi aplicado um questionário a 11 participantes. Nele, perguntava-se em uma escala de 0 a 5 o quão seguras elas se sentiam nos bairros destacados.



**OBSERVAÇÃO:** (I) A nota máxima que um bairro poderia receber é 55. (II) O maior valor encontrado foi 36, no bairro Central. (III) O menor valor encontrado foi 6, no bairro Pedrinhas. (IV) Os intervalos utilizados na classificação são aqueles de quebras naturais (Método Jenks), a fim de minimizar a variância e maximizar as diferenças entre as classes para obter a melhor visualização.



## Melhor/Pior Nota

- 6 - Pedrinhas
- 36 - Central

## Notas Obtidas

- 0 - 9
- 9 - 14
- 14 - 22
- 22 - 31
- 31 - 36

0 2 4 km



1:85.000



## Sistema de Coordenadas Geográficas

**Datum:** SIRGAS 2000  
**Dados:** IBGE e Trabalho de campo  
**Organização:** Adymailson Santos e Patrícia Chaves  
**Layout:** Rayssa Craveiro (2023)  
**Orientadora:** Profª. Drª. Patrícia Rocha Chaves  
**Coorientador:** Prof. Dr. Antônio Carlos Sardinha